

INSTITUTO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JACKSON VIEIRA TORRES

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-24 NO
MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA

São Mateus

2015

JACKSON VIEIRA TORRES

**IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-24 NO
MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC) para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Antonius da C. Nunes

São Mateus

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

T693i

TORRES, Jackson Vieira.

Implantação da gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental aos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA. / Jackson Vieira Torres – São Mateus - ES, 2015.
82f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes.

1. Gestão ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Colônia de pescadores. 4. Alcobaça-BA. I. Título.

CDD: 333.7

JACKSON VIEIRA TORRES

**IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-
24 NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 12 de Dezembro de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA



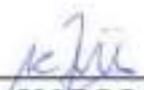
Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof.ª Dr.ª LÍLIAN PITTOL FIRME DE OLIVEIRA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª Me. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. MARCOS DA CUNHA TEIXEIRA
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Dedico esse estudo aos meus pais, pelo amor e dedicação incansáveis em toda a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

“ ... Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui ...” (Cidade Negra)

Agradeço a Deus que nos capacita e nos guarda a todos momentos e em cada folego de vida.

Missão cumprida, tracei meus objetivos para no ano de 2015 e entre eles O Título de Mestre. Hoje estamos aqui, e nesta caminhada não andei sozinho, sempre ao meu lado estiveram os meus melhores amigos o senhor Benedito de Souza Torres e a senhora Maria Anísia Vieira Torres, meus pais, que durante toda minha vida apoiaram-me incondicionalmente e que juntos partilhamos as alegrias, as tristezas, os sucessos e frustrações.

Agradeço aos meus familiares e amigos que sempre acreditaram no meu potencial apoiando e estimulando nos momentos difíceis que pensei em desistir.

Aos funcionários da Faculdade Vale do Cricaré por sua especial atenção e carinho em nos atender.

Ao corpo docente de qualificação inquestionável que com paciência e firmeza dividiram os seus saberes, na certeza que estavam estabelecendo compromissos com pessoas capazes de promoverem novos e melhores olhares para os futuros.

Os colegas da quarta turma do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, os meus agradecimentos por terem compartilhado os seus conhecimentos, experiências que permitiu que melhorasse o meu dia a dia profissional.

Para os inesquecíveis: Fernando Beceveli, Julian Mayer Rigo, Juliana Leal Micheletti e Soane Lopes, os meus eternos agradecimentos, Maria Soares Cunha, Lélia Ferreira Amorim e Daniel Silva Santos, “ OS Pensadores da BR”, que durante

esse período foram muitas trocas de experiências, boas risadas, angústias, alegria e fé, que tornou uma fraterna família.

Ao meu orientador Doutor Marcus Antonius da Costa Nunes que graças a sua postura de excelência no seu ofício me fez melhorar a cada dia e avançar na minha vida acadêmica.

A Banca Examinadora que muito contribuiu com sugestões que enriqueceram a nossa pesquisa.

Aos funcionários da Prefeitura de Alcobaça que colaboraram com nossas pesquisas nos fornecendo Leis e outros apostes teóricos.

Os pescadores da Colônia de Pesca Z-24 de Alcobaça, principais personagens desta pesquisa, sem os quais este estudo não seria possível.

E muitos outros amigos e apoiadores que não posso enumerar ou citar para não ser injustos, mas que estão guardado no meu coração.

"A questão ambiental se impõe perante a sociedade e neste contexto, educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, na qual a participação dos indivíduos torna-se essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento".

Carlos Frederico Bernardo Loureiro

RESUMO

TORRES, J. V. **Implantação da gestão ambiental:** uma proposta de educação ambiental aos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Espírito Santo, 2015.

O estudo analisa questões relacionadas à gestão ambiental através de uma proposta de educação ambiental aos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA, visando à diminuição dos impactos ambientais na localidade. Apresenta o tema da Gestão Ambiental em ambientes marinhos devido à fundamental importância desses recursos naturais para a humanidade e reconhece que o desafio fundamental para a construção de uma sociedade sustentável é a Educação que permite entender a importância de políticas públicas voltadas para o Meio Ambiente, inclusive relacionada à pesca predatória marinha. Destaca a importância global dos recifes coralinos para o habitat marinho e a economia de muitas cidades. Propõe que é necessário educar ambientalmente, intervir, focando nos resultados das intervenções humanas na circulação e transformação das matérias no meio ambiente, tendo em vista a construção de conhecimentos básicos que fundamentam o valor à sua preservação. Metodologicamente, realizou-se um estudo exploratório bibliográfico e uma pesquisa de campo qualitativa que permitiu a aplicação de entrevistas que trouxeram relatos orais dos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA. São sugeridas como soluções, o desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental para nortear os pescadores em busca de uma futura conscientização, quanto à postura diante dos problemas relacionados aos impactos ambientais sobrevividos da pesca predatória. Surge à necessidade de uma proposta compatível com o pensamento renovador do desenvolvimento sustentável, da gestão ambiental, da participação dos diversos setores da sociedade na elaboração e no desenvolvimento de um processo transformador; A sustentabilidade visa encontrar o justo equilíbrio entre o benefício racional das virtualidades da Terra e sua preservação para os habitantes de hoje e as gerações futuras.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Educação Ambiental. Colônia de Pescadores.

ABSTRACT

TORRES, J. V. **Implementation of environmental management:** a proposal for environmental education to fishermen Colony Z-24 in the municipality of Alcobaça-BA. 80 f. Thesis (Master) – Faculty Vale do Cricaré, São Mateus-ES, 2015.

It examines issues related to environmental management through a proposal of environmental education to the fishermen of the Colony Z-24 in the city of Alcobaça, Bahia, aiming at the reduction of environmental impacts in the locality. It presents the theme of environmental management in marine environments because of the fundamental importance of these natural resources for humanity. Recognizes that the fundamental challenge to building a sustainable society is education. It allows us to understand the importance of public policies for the environment, including related to marine overfishing. It highlights the global importance of coral reefs to the marine habitat and the economy of many cities. It proposes that it is necessary to environmentally educate, intervene, focusing on the results of human intervention in the circulation and transformation of materials into the environment, with a view to building basic skills that underlie the value to its preservation. Methodologically, there was a bibliographic exploratory study and a Qualiquantitative field research that allowed the application of interviews that brought oral accounts from fishermen Colony Z-24 in the city of Alcobaça, Bahia. Are suggested as solutions, the development of a new environmental rationality to guide fishermen in search of a future awareness as to the attitude towards the problems related to the environmental impacts *sobrevindos* from overfishing. Arises the need for a proposal compatible with the refreshing thought of sustainable development, environmental management, the participation of various sectors of society in the design and development of a transformative process; Sustainability aims to find the right balance between the rational benefit of Earth's virtues and its preservation for the people of today and future generations.

Keywords: Environmental Management. Environmental education. Colony of fishermen.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
IPAC-BA	Instituto do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categoria - Fiscalização.....	49
Tabela 2 – Categoria II - Múltiplas.....	50
Tabela 3 – Turismo e pesca contribuem para degradação.....	52
Tabela 4 – Categoria I - Fiscalização.....	60
Tabela 5 – Categoria II - Sinalização.....	60
Tabela 6 – Categoria III – Educação Ambiental.....	61
Tabela 7 – Categoria IV – Fiscalização, Sinalização e Educação Ambiental.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária.....	45
Gráfico 2 – Tempo de profissão.....	46
Gráfico 3 – Grau de Escolaridade.....	46
Gráfico 4 – Recifes de Areias e a preservação.....	47
Gráfico 5 – Turismo e pesca contribuem para degradação.....	51
Gráfico 6 – A pesca predatória causa degradação no ecossistema.....	53
Gráfico 7 – Relação entre o Recife de Areias e Abrolhos.....	56
Gráfico 8 – Destino dos restos de alimentos que consomem no mar.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Faixada da sede da colônia de pescadores Z-24 na cidade de Alcobaça-BA.....	26
Figura 2 – Recife de Corais - Alcobaça-BA.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA	17
1.3 PROBLEMA.....	18
1.4 OBJETIVO GERAL	18
1.4.1 Objetivos Específicos	19
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 REVISÃO DA LITERATURA	20
2 BREVE HISTÓRICO DO SETOR PESQUEIRO	22
2.3 GESTÃO AMBIENTAL NA COLÔNIA Z-24 NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA	23
2.3.1 Breve histórico da cidade de Alcobaça	24
2.3.2 Um olhar sobre a Colônia Z-24 de pescadores	26
2.3.3 Os arredores dos Recifes de Corais e a colônia de pescadores	28
2.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	30
2.4.1 Leis e Diretrizes relacionadas à pesca marinha	32
2.4.2 A Agenda 21 Local	34
2.5 IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-24 NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA.....	35
3 MATERIAIS E MÉTODOS	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70

APÊNDICES	74
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – FASE EXPLORATÓRIA	74
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	75
ANEXOS	77
ANEXO A – TABELA 01: ESTATÍSTICA DE PESCA - 2005	77
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A conservação do meio ambiente e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida tem sido uma preocupação da sociedade. Intensifica-se, assim, a demanda por atividades que desenvolvam a consciência ambiental ecológica, bem como as questões socioeconômicas e culturais que se relacionam à existência humana.

A espécie humana tem interferido no meio ambiente para obter melhores condições de sobrevivência nos locais em que habitam e passaram a efetuar queimadas, desmatamento, plantar, produzir utensílios e ferramentas, proporcionando impactos ambientais.

De acordo com Boff (1999), a falta de cuidado que existe na atualidade no trato da natureza e a problemática dos recursos escassos, a ausência de cuidado com referência ao poder da tecnociência que construiu armas de destruição em massa e de devastação da biosfera e da própria sobrevivência da espécie humana, está levando os indivíduos a um impasse sem precedentes.

O cuidado na ótica de Boff (1999, p. 48) “tem o condão de reforçar a vida, zelar pelas condições físico-químicas, ecológicas, sociais e espirituais que permitem a reprodução da vida e de sua ulterior evolução”. Em suma, as pessoas precisam de Educação.

Dias (2005) reconhece que o desafio fundamental para a construção de uma sociedade sustentável é a educação. O Brasil possui, ainda uma política educacional bem definida. Há a necessidade de uma política ambiental bem delineada com ações exequíveis Segundo o autor supracitado, a educação ambiental, devido a sua natureza interdisciplinar, polifacetada e holística, abarca os elementos necessários, para colaborar de forma decisiva, com a promoção das alterações de rota que a humanidade necessita.

Tristão (2005, p. 251) faz um questionamento que também permeia este estudo: “A preocupação central e conclusiva é: as práticas cotidianas que demandam iniciativas e encaminhamentos podem fazer sentido e criar campos de interface para o exercício de uma educação ambiental?” Busca-se ao longo desse estudo, responder a este e outros questionamentos.

Já uma das preocupações de Boff (1999) é com a denominada crise ecológica que afeta a humanidade pela falta de cuidado. Para sair desta crise, segundo o autor, precisa-se de uma nova ética, ela deve nascer de algo essencial ao ser humano, reside mais no cuidado do que na razão e na vontade. Assim, busca-se o equilíbrio, o cuidado com a terra, com o meio ambiente. Nessa perspectiva, busca-se a "sustentabilidade" que visa encontrar o justo equilíbrio entre o benefício racional das virtualidades da Terra e sua preservação para os habitantes de hoje e as gerações futuras.

1.2 JUSTIFICATIVA

Observa-se, no século XXI, um crescimento relacionado à preocupação ambiental oriunda de um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Essas contradições, engendradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se revelaram na degradação dos ecossistemas e na qualidade de vida das populações, levantando, inclusive, ameaças à continuidade da vida a longo prazo. Portanto, há a necessidade de preservar os ecossistemas e os outros recursos naturais e políticas de proteção para que a degradação não mais ocorra.

Ao longo da história verifica-se a importância da preservação dos recursos naturais. A cidade de Alcobaça e os Municípios adjacentes têm como principal fonte de renda, os recursos naturais extraídos do mar. Isto se aplica também aos pescadores da Colônia Z-24 de Pescadores.

A escolha da temática justifica-se pela sua relevância; em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental que se está propondo

trabalhar com o tema da educação ambiental entre pescadores da colônia Z-24 para norteá-los em busca da conscientização quanto à postura diante dos problemas relacionados aos impactos ambientais sobrevividos da pesca predatória.

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA (1986) considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V – a qualidade dos recursos ambientais [...] (CONAMA, 1986).

1.3 PROBLEMA

Após a pesquisa exploratória bibliográfica, passa-se à análise das informações de forma contextualizada, fundamentada pela pesquisa bibliográfica, de modo que se consiga responder o problema de pesquisa:

- Desenvolver uma proposta de gestão ambiental aos pescadores nos arredores do Recife de Areias (Recife de Corais), aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso desse espaço, promovendo uma proposta de educação ambiental para os pescadores da colônia Z-24 de pescadores no município de Alcobaça - BA?

1.4 OBJETIVO GERAL

Ressaltando a grande importância da educação ambiental para o equilíbrio da comunidade pesqueira, buscou-se neste estudo, como objetivo geral, avaliar a percepção dos pescadores da colônia Z-24 quanto à necessidade de conservação dos Recifes de Areias.

1.4.1 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos têm-se:

- Identificar o nível de conhecimento da comunidade pesqueira, a respeito dos impactos advindos desta atividade – a pesca marinha – até nos arredores dos Recifes de Areia;
- Contribuir para minimizar os impactos ambientais do turismo desordenado e da pesca predatória sobre recifes da região costeira do município de Alcobaça, no Extremo Sul da Bahia.

A investigação apresenta como ponto de partida, ressaltar a importância da educação ambiental para o equilíbrio da comunidade pesqueira, avaliando a percepção dos pescadores da colônia Z-24 quanto à necessidade de conservação dos Recifes de Areias.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

Por meio de abordagens consonantes, esse trabalho é apresentado em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório. Assim, no segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre a fundamentação teórica, com a revisão da literatura, através do breve histórico do setor pesqueiro, uma abordagem sobre a gestão ambiental na colônia Z-24 no município de Alcobaça-Ba, um breve histórico da cidade de Alcobaça, um olhar pragmático sobre a colônia Z-24 de pescadores, um passeio nos arredores dos recifes de corais e na colônia de pescadores, lei e diretrizes concernentes ao meio ambiente, leis e diretrizes do município de Alcobaça em relação à pesca marinha, a agenda 21 local.

No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso metodológico com o delineamento da pesquisa, a pesquisa bibliográfica exploratória e de campo, com a pesquisa qualitativa. O quarto capítulo, traz a análise da pesquisa de campo, com os resultados e discussão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Moreira (2006), Tachizawa (2002) e Dias (2010) abordam sobre a gestão ambiental buscando estratégias para que haja um maior desenvolvimento sustentável, desenvolvendo, portanto, uma abordagem sistêmica da questão ambiental, a qual se chamou de Gestão Ambiental, que pode e deve ser aplicada em pesca marinha. A Gestão Ambiental engloba a formulação da política de meio ambiente e sua implementação por meio de regulações fortalecidas por monitoramento apropriado e pela aplicação de procedimentos jurídicos. Para que a Gestão Ambiental efetivamente ocorra e seja eficaz, faz-se necessário que a Educação Ambiental seja o foco principal.

Já os autores, Carvalho (2008), Reigota (2001), Loureiro (2010) e Tristão (2005) que tratam do tema da Educação Ambiental destacam o seu papel nas diversas formas de interação da humanidade com a natureza, o que contribui para a mudança gradativa de atitude em relação ao Meio Ambiente como um todo. Reigota (2001) reitera que é consenso na comunidade internacional que a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão em relação ao meio ambiente.

Autores que citam aspectos relacionados ao meio ambiente, tais como Andrade (2010) e Boff (1999) trazem uma visão mais intimista em que busca a natureza do cuidado¹ com a Terra e com os seres ressaltando a importância de se preservar o meio ambiente.

Este estudo traz ainda em seu bojo, alguns documentos que versam sobre o meio ambiente, educação e gestão ambiental, como a Agenda 21, a Carta da Terra, bem como a fundamentação do desenvolvimento sustentável que baseia-se em três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Estes documentos supracitados propõem a compatibilização dos investimentos

¹ Natureza do cuidado, segundo Boff (1999) significa o cuidado com a terra e com os seres que nela habitam.

financeiros, da exploração dos recursos naturais e das rotas de desenvolvimento tecnológico (DIAS, 2010).

Este estudo dissertativo traz, ainda, a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) que estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios em benefício do meio ambiente. No entanto, constata-se que estes últimos não atuam suficientemente, muitas vezes por falta de legislação própria, ou por carência de estrutura adequada.

O marco histórico do conceito de educação ambiental e sustentabilidade é o Relatório Nosso Futuro Comum, de 1980, da Comissão Brundtland, onde ocorreu a Primeira Conferência Asiática sobre Educação Ambiental em Nova Delhi, na Índia que propõe “o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem, entretanto, comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades” (AGENDA 21, 2006).

Já em 1987, ocorreu em Moscou, o Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental – Moscou em que houve a realização da avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirmando os princípios de Educação Ambiental e assinalando a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental (MMA, 2010).

No novo paradigma socioeconômico do desenvolvimento sustentável, a sociedade começa a incluir os valores ligados ao meio ambiente nos aspectos da sua qualidade de vida. Segundo Andrade (2010, p. 17),

Um novo e mais amplo estudo sobre a Terra foi realizado por 1.000 especialistas, através do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Esse relatório prevê um futuro sombrio para o planeta caso não sejam tomadas providências imediatas. De acordo com esse estudo metade dos rios já estão poluídos, 15% do solo estão degradados e 80 países sofrem com a escassez de água. Segundo o relatório, nas próximas três décadas 50% da população sofrerá com a falta de água; 11 mil espécies de animais e plantas estão ameaçadas de extinção. O relatório alerta que essas drásticas mudanças, pelas quais o planeta está passando, agravarão o problema da fome e de doenças infecciosas e tornarão as tragédias climáticas mais frequentes.

Nesse âmbito, o estudo traz autores que abordam a temática do ambiente marinho, a pesca marinha, que são Moreira (2001) e Silva Filho (2000). O meio ambiente tem dado uma nova definição à economia, bem como à sociedade e também à política. Nesse âmbito, a procura de soluções para a problemática ambiental tornou-se algo prioritário para o país e para o mundo.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO SETOR PESQUEIRO

O início do sistema de organização do setor pesqueiro no Brasil data de 1817, na Enseada das Garoupas (SC), por iniciativa de D. João VI. A tutela do poder público durou 170 anos e nos primeiros 100 anos foi dominada pela marinha. Entre 1919 e 1923 foram fundadas 800 colônias de pescadores. Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. O 1º Estatuto das Colônias de Pescadores data de 1 de Janeiro de 1923 (SEAP, 2009).

No ano de 1938, Getúlio Vargas instituiu através do Decreto-Lei nº 794, o Código da Pesca. O Código traz um capítulo específico que trata da organização dos pescadores e suas associações de classe: colônias, federações e confederação. No ano de 1943, Getúlio Vargas determinou, através do Decreto-Lei nº 530, que as colônias fossem transformadas em cooperativas (SEAP, 2009). Desde então, a pesca passou por diversos órgãos até a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) no Paraná. No ano de 1985, houve o Movimento Constituinte da Pesca, que pedia a inclusão das propostas dos pescadores artesanais na nova constituição somando-se a outras categorias, reivindicando seus direitos sociais e políticos (SEAP, 2009).

A nova Constituição Federal de 1988 proporcionou grande avanço acerca da organização dos pescadores artesanais na medida em que em seu artigo 8º, equiparou as Colônias de Pescadores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Com o advento da Nova Constituição cria-se uma nova consciência por parte dos pescadores. As colônias conseguiram elaborar seus próprios estatutos sociais, aproximando seu regimento à realidade da pesca (SEAP, 2009).

Em 2008 foi regulamentado o artigo 8º da Constituição, através da Lei nº 11.699, que dispõe sobre as colônias, federações e confederação. Art. 1º: As colônias de pescadores, as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores - CNP foram reconhecidos como órgãos de classe dos trabalhadores de setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição federal (SEAP, 2009).

Atualmente, temos no Brasil aproximadamente: 759 associações, 137 sindicatos, 47 cooperativas, 870 colônias. Estas entidades somam aproximadamente 730 mil pescadores (SEAP, 2009).

A SEAP Foi criada para atender uma necessidade do setor pesqueiro, na perspectiva de fomentar e desenvolver a atividade, no seu conjunto, nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Segundo a SEAP (2009), o Registro Geral da Pesca (RGP) é um cadastro da atividade pesqueira, com as principais categorias que exercem atividades comerciais diretamente relacionadas à pesca ou aquicultura. Incorpora sete categorias distintas e complementares de registro: pescador profissional, aprendiz de pesca, armador de pesca, indústria pesqueira, embarcação pesqueira, aquicultor e empresa que comercializa animais aquáticos vivos

2.3 GESTÃO AMBIENTAL NA COLÔNIA Z-24 NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA

São atores sociais envolvidos na gestão ambiental, entre outros: o conselho ambiental, o órgão executivo ambiental - federal, estadual, municipal, o ministério público, o legislativo e o judiciário; a comunidade afetada/cliente, os consumidores, as federações, sindicatos e associações patronais e empresariais, o empreendedor/proponente, o empregador/trabalhadores, o consultor profissional/empresa de consultoria, as ONG's/entidades ambientalistas da sociedade civil e a Imprensa (MANUAL DE SANEAMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA OS MUNICÍPIOS, 2006).

2.3.1 Breve histórico da cidade de Alcobaça

O Estado da Bahia possui a maior extensão do litoral dos estados do Brasil, com aproximadamente 1.183 km, representando 13% da costa brasileira, possuindo uma das maiores diversidades de peixes, crustáceos, e moluscos do país. As características deste litoral constituem-se num fator importante para análise de novas estruturas pesqueiras para a Bahia. A área de unidade territorial é de 1.480,686 Km² (IBGE, 2014).

A região objeto deste estudo, Alcobaça está localizada no extremo sul do Estado da Bahia conhecida como Microrregião Costa das Baleias, situada entre o arquipélago de Abrolhos e a baía de Porto Seguro, a 832 km de distância da capital (Salvador) e possui uma população estimada de cerca de 23.231 mil habitantes (IBGE, 2014).

O município de Alcobaça foi fundado em 12 de novembro de 1772. Essa região é essencial tanto para a pesca artesanal quanto para a indústria pesqueira e turismo, adquirindo assim, um papel importante na economia regional.

O município tem origem em uma vila criada em 12 de novembro de 1772 pelo o ouvidor José Xavier Machado Monteiro no local denominado Arraial de Itanhém, situado às margens do Rio Itanhém, ao sul da Capitania de Porto Seguro (atual Microrregião Extremo Sul da Bahia) (RALILE, 2006).

Segundo a Revista Origem Magazine-Bahia (2014, p. 10-11), Alcobaça surgiu no século XVII. São Bernardo foi escolhido padroeiro da vila, daí o nome “Vila de São Bernardo de Alcobaça”. Alcobaça possui belas praias, um grande patrimônio cultural, histórico e arquitetônico. Seus casarões do século XIX são protegidos pelo Instituto do Patrimônio Cultural do Estado da Bahia (IPAC-BA). O município apresenta inúmeras manifestações folclóricas, como a luta entre mouros e cristãos², e as festas religiosas, como a de São Bernardo, a do Divino e a de São Sebastião.

² “No interior do Brasil ainda se pode ver dramatização da luta entre mouros e cristãos. O evento costuma ocorrer por ocasião das festas juninas ou da Festa do Divino, é precedido de missa e procissão, e concluído com jogos de equitação, confraternização e fogos de artifício. Às vezes recebe o nome de “chegança” ou “mourama”, e em geral participa do que se convencionou chamar de “cavalhadas” (ALVES, 2000, p. 25).

As principais manifestações folclóricas estão relacionadas com festas religiosas, com destaque para a festa de São Bernardo, celebrada entre os dias 11 e 21 de agosto, com auge no dia de São Bernardo (20 de agosto).

Alcobaça possui uma grande faixa de praias que atrai milhares de turistas de todo o país, todos os anos. A presente caracterização climática, o clima tropical, propõe-se a sustentar o entendimento de condicionantes meteorológicos que influenciam os diagnósticos físico, biótico e antrópico da área em estudo.

Entretanto, a colonização desta região ocorreu fundamentada em diversos ciclos econômicos, e devido ao desenvolvimento industrial e urbano desordenado que vem causando uma enorme degradação dos recursos naturais, principalmente nos ecossistemas costeiros.

Em relação às fontes econômicas, com a diversidade produtiva das espécies pesqueiras, o município de Alcobaça tem como a principal fonte de renda ou principal atividade econômica, a pesca, em que, muitas vezes se coloca como única atividade de subsistência para a maioria da população.

Destaca-se pela pesca do camarão, lagosta e de diversas outras espécies de peixes, garantindo assim, a sua sustentabilidade socioeconômica. Aliadas à atividade pesqueira, outras fontes econômicas que merecem destaque no município são: turismo, comércio, agricultura familiar, agropecuária e silvicultura do eucalipto.

Na Tabela 1, no Anexo A, tem-se a Estatística de Pesca de alguns municípios circunvizinhos a Alcobaça onde percebe-se a importância da pesca para a região e o destaque da produção pesqueira do município de Alcobaça - BA. Os dados foram relacionados de acordo a última pesquisa da Bahia Pesca S.A.

Verificou-se que além da diversidade de peixes e crustáceos encontrados, há também, uma grande quantidade de peixes capturados, anualmente, e na referida tabela, em relação aos outros municípios, Alcobaça destaca-se com um percentual de 3,33% de pescados. O município de Alcobaça, devido a sua privilegiada

localização geográfica e sua maior estrutura logística, tem o maior aporte de desembarque de pescado do extremo sul da Bahia.

2.3.2 Um olhar sobre a Colônia Z-24 de pescadores

Os pescadores do município têm como representante legal, a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-24, fundada aos 09 de junho de 1979, atendendo cerca de 1850 associados. Na Figura 01 tem-se a faixa externa da sede da colônia.



Figura 01 – Faixada da sede da colônia de pescadores Z-24 na cidade de Alcobaça-BA..
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Em relação à infraestrutura pesqueira, a cadeia produtiva da pesca está concentrada nas margens do Cais Santo Antônio com 837 m de extensão aportando um número de 250 embarcações, onde se encontra pequenas peixarias, fábrica de gelo, lojas de insumos para pesca e outros. A produção pesqueira devido à alta qualidade e a

diversidade das espécies capturadas atendem simultaneamente ao mercado local e a outras regiões dos Pais.

A Constituição Federal Brasileira - CFB dispõe de um artigo concernente aos sindicatos como a colônia de Pescadores:

Art. 8º da Constituição Federal :

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. (CF/1988).

A seguir, a lei concernente às Colônias de Pescadores: Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008 (BRASIL, 2008).

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

Art. 5º As Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização.

Art. 6º As Colônias de Pescadores são criadas em assembleias de fundação convocadas para esse fim pelos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal da sua base territorial.

Art. 7º As Colônias de Pescadores, constituídas na forma da legislação vigente após feita a respectiva publicação e registrados os documentos no cartório de títulos e documentos, adquirem personalidade jurídica, tornando-se aptas a funcionar.

A maior constatação da importância do pescado para estas populações se dá pelo fato da localização das comunidades ao longo dos estuários e reentrâncias, com acesso fácil e direto para as zonas de produção e de comercialização (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA, 2013).

A pesca artesanal coloca-se como uma das atividades extrativistas mais importantes e tradicionais das comunidades de pescadores da Costa das Baleias, no extremo sul da Bahia. Assim, este estudo passou a se tornar uma ideia concreta devido à preocupação latente relacionada ao meio ambiente, uma vez que é necessário contribuir com ideias que tornem a educação ambiental, parte do cotidiano dos pescadores.

2.3.3 Os arredores dos Recifes de Corais e a colônia de pescadores

Trata-se de um ecossistema diversificado, com fauna e flora abundantes, que fornece uma importante fonte de proteína para a alimentação humana. Para Tachizawa (2002), é relevante assinalar a importância ecológica dos ecossistemas, pois os ambientes recifais são considerados, juntamente com as florestas tropicais, as duas mais diversificadas comunidades silvestre do planeta.

O ambiente marinho dos recifes de corais compõe um cenário grandioso, responsável pela manutenção da fauna que atrai pescadores de várias localidades, que junto com as praias regionais, faz da região um importante destino turístico. Enfatiza-se a importância dos recifes coralinos para o habitat marinho e a economia de muitas cidades. Fica próximo ao Parque Nacional de Abrolhos.

Um dos fatores que ressalta esse cenário que atrai operadores de mergulho, professores e alunos das Ciências Naturais, agentes de turismo, pesquisadores, moradores e demais interessados é que segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009, p. 4), “a maioria das espécies de corais formadora de recifes é endêmica de águas brasileiras, ou seja, só ocorrem aqui”. Nesse âmbito, são formadas estruturas coralinas que não são encontradas em nenhuma outra parte do mundo.

No extremo sul da Bahia destaca-se o Bioma de Mata Atlântica. Da mesma forma, no ambiente marinho os Recifes de Corais (Figura 2) compõem um cenário grandioso. Neste estudo, observam-se impactos associados aos recifes de coral provenientes de uma degradação decorrente da atividade humana, uma vez que o Recife de Areia possui importância à biodiversidade local e regional, pelo papel promissor na dinâmica econômica da cidade, já que esta se desenvolve mediante a exploração dos recursos costeiros (pesca e turismo).

Esses impactos que geram destruição do ecossistema costeiro e marinho, segundo o MMA (2009, p. 12) referem-se:

Desde a coleta de corais, a sobrepesca e a pesca predatória, o desenvolvimento e a ocupação costeira, a deposição do lixo e resíduos tóxicos, como fertilizantes e agrotóxicos, o turismo desordenado e até o mau uso do solo como desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Segundo Loureiro (2010), a Bahia possui a linha de costa mais extensa e diversificada do país (mais de 1.000 km). Na zona costeira, são necessárias ações preventivas e corretivas para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas. Além da ocupação por moradias, o litoral baiano também conta com muitos empreendimentos privados que exploram seus recursos naturais.



Figura 02 - Recifes de Corais – Alcobaça-BA.
Fonte: blogs.diariodonordeste.com.br1638 x 1105

O impacto do turismo também não pode ser desconsiderado, dado que o litoral baiano é um dos mais procurados por visitantes nacionais e estrangeiros ao longo do ano, recebendo, muitas vezes, uma quantidade muito grande de pessoas.

A Prefeitura Municipal de Alcobaça criou a Lei Nº 471/99, que implanta “o Parque Municipal Marinho do Recife de Areia e dá outras providências”. O prefeito Municipal de Alcobaça, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo INCISO II do 1º Art. 147 da Lei Orgânica do Município - LOM, faz saber que a câmara municipal aprovou e sancionou a Lei que encontra-se no Anexo B (PMA, 1999).

2.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Dentro da questão legal referente às políticas ambientais, pode-se dar ênfase à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu Art.1º reza:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Em seu Art. 3º, como parte do processo educativo mais amplo, destaca que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo (BRASIL, 1999, p. 1),

- I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

De acordo com o Art. 4º, são princípios básicos da Educação Ambiental, (BRASIL, 1999, p. 12),

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Além dos artigos supracitados que explicitam a lei que rege a Educação Ambiental, existem instituições e órgãos com o intuito de proteger o meio ambiente, como o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA que “é o conjunto de órgãos e instituições que, nos níveis federal, estadual e municipal, são encarregados de proteção ao meio ambiente, conforme definido em lei” (ANTUNES, 2007, p. 91). Além do SISNAMA, cuja estruturação é feita com base na lei da Política Nacional do Meio Ambiente³ (Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), muitas outras instituições nacionais têm importantes atribuições no que se refere à proteção ao meio ambiente. No Art 2º da Lei Nº 6.938, cita que, (BRASIL, 1999, p.1).

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios.

Os problemas ambientais em qualquer Município, inclusive em Alcobaça, demandam um volume de recursos significativos para ser dirimido. A alocação destes recursos junto a outras esferas de poder depende do cumprimento da legislação específica.

Com a aprovação do Código Estadual de Meio Ambiente - Lei Estadual nº 11520 de 03 de agosto de 2000, que estabelece em seu artigo 69: “cabera aos municípios o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local, e aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou Convênio” (BERNARDO; FAVORETO, 2002). Portanto, os municípios ficam responsáveis pelos licenciamentos ambientais em atividades que podem provocar impactos locais.

Ao procurar satisfazer suas necessidades básicas e melhorar sua condição de vida a comunidade humana tem gerado profundas alterações nos processos e recursos naturais terrestres, cujas consequências ameaçam, hoje, sua própria existência (BITAR, 2004).

³ Art 1º - Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental (BRASIL, 1981, p. 1).

Sob o ponto de vista da sustentabilidade, ao planejar o desenvolvimento em seu território, os municípios devem considerar simultaneamente cinco aspectos, de acordo com o Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios (2006):

- social - entendido como o processo de desenvolvimento voltado para uma nova concepção de crescimento, com melhor distribuição de renda;
- econômico - representado pela alocação e gestão mais eficientes dos recursos públicos;
- ambiental - adequada utilização dos recursos naturais, que tem por base a redução do volume de resíduos e dos níveis de poluição, a pesquisa e implantação de tecnologias de produção limpas e a definição das regras para proteção ambiental;
- espacial - significando equilibrar as relações entre os espaços rural e urbano através de uma melhor distribuição de usos do solo, evitando a concentração espacial das atividades econômicas e a destruição de ecossistemas, e também promovendo o manejo adequado dos projetos agrícolas;
- cultural - com vistas ao respeito às tradições culturais das populações urbana e rural, valorizando cada espaço e cada cultura. Cada município é um espaço territorial único, resultante das inter-relações e conflitos entre as forças sociais que ali atuam. A política ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável deve considerar a diversidade dos quadros natural, cultural, sócio-político e histórico de cada município (apud MARCATTO, 2007).

Diante da constitucionalização do termo Meio Ambiente, dispõe o artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (ANTUNES, 2002, p. 156).

Este é o conceito mais importante, pois está previsto na própria Carta Política da República. Cabe ao legislador e ao aplicador da norma dar concretude ao mandamento expresso pela soberania popular. Mas, sabe-se que nem sempre a lei encontra-se aplicada satisfatoriamente, devido a uma gestão ineficaz, portanto, ainda existem muitos problemas ambientais graves.

2.4.1 Leis e Diretrizes relacionadas à pesca marinha

O município deve estar focado no tratamento dos problemas ambientais que afetam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, tornando efetivamente possíveis à participação popular e a democratização da questão ambiental. Portanto, cada

município deve se interessar pela manutenção da qualidade ambiental visando à qualidade de vida dos seus cidadãos.

De acordo com o Plano Nacional no Combate à Pesca Ilegal, o Governo Federal, por meio do Ministério da Pesca e Aquicultura, em uma ação integrada com o Ministério do Meio Ambiente (IBAMA e ICMBio), Ministério da Justiça (Polícia Federal), Ministério da Defesa (Marinha do Brasil) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabeleceu um plano de ações para tornar a pesca sustentável em todo o país.

O Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal - CNCPI tem três fases:

1. Registro das embarcações e pescadores.
2. Palestras educativas e informativas sobre as atividades pesqueiras com orientações sobre o combate à pesca de arrasto ilegal. Destinadas aos pescadores artesanais e às indústrias de pesca.
3. Fiscalização da Polícia Federal Marinha e do Ibama contra a pesca ilegal e a de arrasto, com aplicação de sanções penais (BRASIL, 2011, p. 3).

Com essas ações do CNCPI, o objetivo primordial desse plano de ação é atingir entre outras metas: Promover o ordenamento pesqueiro; Proporcionar a pesca sustentável dos recursos pesqueiros marinhos e lacustres do Brasil; Proteger biodiversidade, sustentabilidade social e econômica.

Um dos Instrumentos Normativos cita a regulamentação da pesca, a saber:

- Atos Normativos e Regulamentação
In IBAMA nº 49, de 14 de Setembro de 2004
- regulamentação de pesca de arrasto de praia.
Instrução Normativa Interministerial Nº 15, de 28 de novembro de 2012,
- estabelece critérios e padrões para o ordenamento e pesca de camarões nas regiões Norte e Nordeste.
(BRASIL, 2011, p. 6).

Em relação à exploração dos recifes pode levar a uma grande perda de corais maciços nos locais onde os mergulhos podem ser correlacionados à frequência de tecido lesionado, devido à abrasão causada pelos mergulhadores que colidem com os organismos recifais (MOREIRA, 2001).

Esse fato pode ser ampliado quando os mergulhadores se agrupam em um mesmo local, e são empurrados, pelas ondas, para cima dos recifes (SILVA FILHO, 2000).

Compreender essas alterações, os limites e as possibilidades no aproveitamento dos recursos naturais constitui requisito básico para o equacionamento da questão ambiental e pressupõe a importante contribuição da educação ambiental pública no maior desafio encontrado pela humanidade ao longo de sua existência: a urgente necessidade de conter, controlar e reverter à grave degradação no Meio Ambiente, a fim de que a humanidade possa trilhar um caminho realmente sustentável para a vida na superfície da Terra.

2.4.2 A Agenda 21 Local

Ocorreu no Rio de Janeiro, a Segunda Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente - SCMMA, que foi cognominada 'Rio-92'. Nesse encontro foram elaborados dois documentos que embasaram as ações que advieram a ser administradas pelos distintos países que estavam participando dessa convenção: a Carta da Terra⁴ e a Agenda 21 (FILHO, 2000 apud REIGOTA, 2001).

A Agenda 21 é um modelo de desenvolvimento sustentável que propõe que Nações, Estados, Municípios e cidadãos, agindo no seu meio ambiente localizado, contribuam para o cumprimento dos compromissos assumidos na "Rio92" (AGENDA 21, 2006).

O documento 'Agenda 21' confirma a diretriz do desenvolvimento sustentável e em seu bojo, cita que "a educação ambiental é indispensável para a modificação de atitudes e para o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a formação de sociedades sustentáveis e, por isso, deve ser incorporada em todos os níveis escolares, reexaminando-se os programas e os métodos de educação (RUSCHEINSKY et al., 2002, p. 92-93). Esse foi o principal e fundamental documento assinado na Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano) por 170 países, incluindo o Brasil, que era o

⁴ É um movimento internacional que nasceu no bojo da sociedade civil organizada, timidamente durante a formação da Comissão Internacional de Meio Ambiente e de Desenvolvimento (ou Comissão de Brundtland). Seus princípios são baseados em quatro seções: "Respeitar e cuidar da comunidade de vida; Integridade Ecológica; Justiça Social e Econômica; Democracia, Paz e Não-Violência, tem como maior objetivo respeitar e manter a diversidade, seja ela social ou biológica, para a integridade da Terra" (RUSCHEINSKY et al., 2002, p.16).

anfitrião da conferência, sendo esta a mais importante conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em todos os tempos (AGENDA 21, 2006).

Seu conteúdo, constituído por 40 capítulos, aborda questões ambientais e sociais que devem ser superadas para que os países alcancem um patamar de desenvolvimento considerado sustentável, idealizando a compatibilização de geração de riqueza econômica com eficiência de produção, distribuição de renda, justiça social e preservação do ambiente. Além disso, define um plano de ação com diretrizes para a construção de sociedades sustentáveis, dando preferência a formas participativas de ação e cooperação (AGENDA 21, 2006). Para implementação da Agenda 21 são necessários seguir alguns passos, tais como:

- 1º passo: Mobilizar para Sensibilizar Governo e Sociedade
- 2º passo: Criar Fórum da Agenda 21 Local
- 3º passo: Elaborar o Diagnóstico Participativo
- 4º passo: Elaborar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
- 5º passo: Implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
- 6º passo: Monitorar e avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (AGENDA 21, 2006, p. 23).

Em resumo, a Agenda 21 é um conjunto de ações e políticas a ser implantado pelos países que participaram da conferência, com a finalidade de promover uma política inovadora de desenvolvimento sustentável.

2.5 IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-24 NO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA-BA

Sabendo que o termo gestão é proveniente do verbo gerir, administrar, busca-se então, uma proposta de Educação Ambiental (EA) aos pescadores da Colônia Z-24 no município de Alcobaca - BA, com vistas às mudanças concernentes ao meio ambiente sustentável bem como a ampliação de participação dos cidadãos pescadores nos processos decisórios relacionados às políticas ambientais, em uma forma de adoção da gestão ambiental como princípio norteador da EA.

A denominação específica Educação Ambiental⁵ ganhou destaque e deixou de ser uma preocupação de uma minoria se tornando uma preocupação que permeia toda a sociedade mundial. Segundo Carvalho (2008, p. 23), “o surgimento da questão ambiental como um problema que afeta o destino da humanidade tem mobilizado governos e sociedade civil”. Principalmente pelo fato da questão ambiental ser tratada, “ora como um problema estritamente ecológico, ora como um problema técnico, ora como um problema comportamental dos indivíduos”, equívocos que ocorrem ao se desconsiderar a “multidimensionalidade necessária e inerente às relações entre sociedade e o ambiente” (DIAS, 2003).

A EA é parte do movimento ecológico, surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Pode-se dizer que a EA é herdeira direta do debate ecológico e é uma alternativa que visa construir novas maneiras pelas quais os homens e os grupos sociais possam se relacionar com o meio ambiente e com os outros. “Enquanto ação educativa, a EA tem sido importante mediadora entre a esfera educacional e o campo ambiental” (CARVALHO, 2008, p. 25).

Em vez da conscientização inserida em uma abordagem comportamentalista da educação, a EA necessita pensar em originar a autoconsciência para uma reflexão e uma ação de um saber solidário.

Segundo Tristão (2005, p. 256),

A Educação Ambiental, mesmo querendo dizer o contrário, reproduz uma linguagem linear e homogênea como padrão de boa conduta ecológica, de uma arte de fazer para o bem comum, em nome da solidariedade, de uma “pregação” que se aproxima de uma educação dogmática e tradicional para além de um mero sentido comum.

A EA apresenta-se como uma das alternativas de transformação, no marco do novo paradigma da sociedade e do conhecimento, capaz de superar a visão positivista e

⁵ A expressão Educação Ambiental foi, de fato, usada pela primeira vez na Conferência de Educação na universidade Keele/Grã-Bretanha, onde os educadores reunidos sinalizaram a importância de se incluir a dimensão ambiental na educação escolar (MEDINA, 2000).

tecnocrática que caracteriza a civilização ocidental, hoje em crise geral e global (MEDINA, 2000).

A Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art.1º reza (BRASIL, 1999, p. 1),

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nesse contexto, a EA dá fôlego para aqueles que desejam traçar caminhos concretos para as transformações no modelo social dominante, ao assumir a esperança de que tais caminhos existem e são possíveis, podendo contribuir para que novas relações sejam construídas entre o indivíduo, a sociedade e a natureza (REIGOTA, 2001).

Mesmo reconhecendo os progressos realizados na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) e melhora nos índices de qualidade de vida, Dias (2003) apresenta crítica aos modelos de desenvolvimento que têm sido adotadas pelo Brasil e os países industrializados, com destaque para as implicações negativas para as gerações futuras. Para tanto, faz-se necessário que mudanças sejam realizadas urgentes na contemporaneidade.

Atualmente, a questão ambiental se impõe perante a sociedade e neste contexto, a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, na qual a participação dos indivíduos torna-se essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento.

Logo, uma EA que mude atitudes e não apenas comportamentos, deve diagnosticar como são os ambientes de vida para que a mudança possa ser permanente. Sem que as condições sejam mudadas ou pelo menos problematizadas no processo de adoção de novos comportamentos, é difícil que novas atitudes sejam adotadas.

De acordo com Loureiro (2010, p. 7),

A inserção da educação ambiental no cotidiano, qualificando o aprendizado para um posicionamento crítico e ético, face à crise socioambiental, tendo como horizontes a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente, ajuda a formar cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global.

Nesse aspecto, Dias (2000) assevera que a EA apresenta muitas contradições e conflitos de interesse, além de ser um novo campo de conhecimento, o que exige uma abordagem sistêmica ainda pouco compreendida ou praticada no ambiente acadêmico e também governos, políticos e autoridades. A partir de razões amplas e claras, indica a necessidade de desenvolvimento de novas ferramentas metodológicas que contribuam para superar as limitações das abordagens e métodos reducionistas dominantes no meio acadêmico. No entanto, ainda há muito a avançar na construção de um novo paradigma que gere resultados confiáveis capazes de fundamentar decisões e produzir mudanças. Embora reconhecendo que já foram tomadas muitas medidas, propõe esforços, com o foco na educação e formação de grupos de pesquisa interdisciplinar ambiental, visando a compreensão e internalização de uma nova ética de desenvolvimento, capaz de enfrentar o desafio da sustentabilidade da vida humana no planeta.

De acordo com Barcelos (2008, p. 23),

A Educação Ambiental precisa adequar discurso e prática, teoria e metodologia, para que as “sementes” lançadas encontrem solo fértil e possam não só gerar frutos imediatos, mas também se reproduzir ao longo do tempo.

Nesse contexto, se faz necessário que em ambientes onde estão presentes os Recifes de Coral, e em tantos outros habitats, a Educação Ambiental seja efetiva e constante mostrando assim, algumas estratégias para as diferentes formas de conservação e preservação desse ecossistema.

Percebe-se um cenário de crise socioambiental no qual se começa a repensar a relação entre a educação, os sujeitos, a cultura, a sociedade e o meio ambiente. Uma nova abordagem para a Educação Ambiental emerge como uma resposta, na área educacional, aos desafios trazidos pela crise ambiental (DIAS, 2005). Esse

campo nasce com o desafio de trabalhar conjuntamente com outros desafios: a questão ambiental e a questão da educação (TRISTÃO, 2005).

Para Reigota (2001), é necessário ter esperança que o ser humano assuma uma nova postura em relação à natureza, à vida, retomando o sentido da transcendência inerente a sua condição.

É essa dimensão do ser humano que deve ser despertada – o princípio da pura necessidade em que a vida é o centro de tudo e não mais o homem. De que o homem deve ser responsável pelos seus atos em relação à natureza.

A EA caracteriza-se, portanto, por adotar a gestão ambiental como princípio educativo e por centrar-se na ideia da participação dos indivíduos na gestão dos seus respectivos lugares: na cidade, na rua, no bairro, enfim, no lugar das relações que mantêm no seu cotidiano, como é o caso do ambiente marinho dos pescadores da Colônia Z-24 no município de Alcobaça - BA.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa com a comunidade local de Alcobaça, no extremo sul da Bahia, onde foram entrevistados cem (100) pescadores da colônia Z-24 de pescadores do município de Alcobaça - BA. Buscou-se provocar ações de EA, em que envolvam produção, circulação de informação, elucidação e tomada de decisões e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes.

Para a elaboração do diagnóstico dos impactos ambientais (coleta de corais, sobrepesca, pesca predatória, o desenvolvimento e a ocupação costeira, a deposição do lixo e resíduos tóxicos, como fertilizantes e agrotóxicos, turismo desordenado, mau uso do solo como desmatamento, queimadas e incêndios florestais, ancoragem de barcos, problemas do lixo, óleo derramado nas áreas do parque, retirada de exemplares, pisoteio dos corais) na área relacionada aos recifes coralinos, a metodologia aplicada foi a observação *in loco* da área de estudo através de visitas de campo ao longo de todo trecho dos Recifes de Corais, no Município de Alcobaça - BA, principalmente nas áreas de atuação dos pescadores da Colônia Z-24.

Para tanto, inicialmente foi elaborado o diagnóstico da área estudada, para, a partir daí, formularem-se os cenários atuais, as tendências e os panoramas possíveis para os diferentes trechos, com propostas de execução de ações estratégicas no local devido aos impactos provocados, muitas vezes, pelos próprios pescadores além da população costeira.

A pesquisa baseou-se na abordagem qualiquantitativa, através de questionários exploratórios e entrevistas aos pescadores da Colônia, a partir do embasamento teórico em pesquisa exploratória bibliográfica. As autoras Lakatos e Marconi (2002, p. 71) informam que a pesquisa qualitativa “coloca o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

Nessa perspectiva, traçou-se um panorama complexo e variado sobre a implantação da gestão ambiental através de uma proposta de educação ambiental aos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA.

Percebeu-se que o trabalho pode revelar um retrato parcial da realidade encontrada nos arredores dos Recifes de Corais, no referido município, especialmente nas áreas de pesca predatória, material este que foi utilizado após estudos sobre a temática abordada e visita *in loco*, demonstrando o dinamismo e a pluralidade da produção do conhecimento.

A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2014 a setembro de 2015, na Colônia Z-24 com os pescadores visando analisar o conhecimento dos mesmos em relação à preservação da localidade, antes, durante e após a pesca predatória.

Os dados foram analisados e tabulados e os resultados foram demonstrados em gráficos e tabelas. Optou-se por utilizar a pesquisa quali-quantitativa, visto que ela responde a questões particulares, pois se preocupa com as ciências sociais e importa-se com um nível de realidade que pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço aprofundado das relações dos processos e dos fenômenos e ainda trabalha com universos que podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2006).

É fundamental salientar que a participação dos voluntários na pesquisa, os pescadores da Colônia Z-24 de Alcobaça foi de forma livre e consentida (Apêndice C), de acordo com a Resolução da Lei nº 196/96, II.11 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

As pesquisas realizadas focaram os impactos ambientais, a gestão ambiental, a educação ambiental e a compreensão acerca destes impactos. As pesquisas exploratórias e bibliográficas foram necessárias para dar maior embasamento e importância sobre o tema proposto e o diagnóstico necessário, para a realização deste trabalho. Este estudo parte do cotidiano dos pescadores. Ferraço (2007, p. 76)

cita que,

Uma questão de fundo que se coloca em nossos estudos é o que estamos entendendo por cotidiano e, por efeito, o que significa a ideia de pesquisa com o cotidiano. Assim, em nossas leituras temos tentado problematizar as discussões dos autores que se dedicam ao estudo do cotidiano, no sentido de trazer à cena não a condição de adoção de categorias e/ou estruturas de análise, mas, pelo contrário, a tentativa de pensar o cotidiano e a pesquisa com o cotidiano a partir de outras possibilidades.

Propõe-se ao longo do estudo, a realização de um trabalho de preservação ambiental pelos pescadores da Colônia Z-24 relacionado aos embates acerca da diferença cultural e falta de informação adequada. Neste sentido, Bhabha (s/d, p. 36) considera que,

A diferença de culturas não pode ser uma coisa para ser encaixada numa moldura universalista. Culturas diferentes, a diferença entre as práticas culturais, a diferença na construção de culturas dentro de grupos diferentes, com grande frequência fazem existir no seu meio, e entre elas próprias, uma incomensurabilidade.

Por mais racional ou “racionalista” que alguém seja (pois o racionalismo é uma ideologia, não apenas um modo de ser sensato), “na realidade é muito difícil, e até mesmo contraproducente e impossível, tentar e conseguir juntar diferentes formas de cultura, pretendendo que elas possam coexistir facilmente” (FERRAÇO, 2007, p. 89-90).

Nesse sentido, valeria a reflexão que nos propõe Lefebvre (1991, p. 21-22), e que pode ser feita uma analogia com a Colônia Z-24 de Pescadores do município de Alcobaça:

“Ou” empregamos nossas energias práticas, para fortificar as instituições, as ideologias existentes – o estado ou uma igreja, um sistema filosófico ou uma organização política – e ao mesmo tempo nos empenhamos em consolidar o cotidiano sobre o qual se estabelecem e se mantêm essas “superestruturas”; “ou” nos dedicamos a “mudar a vida”. Em outras palavras, “ou” erigimos em absolutos, em ideias platônicas as instâncias que se elevam acima do cotidiano com a pretensão de regê-lo – “ou então” tornamos relativas essas entidades, recusamos substancializar, desvalorizamos-las, valorizando o que elas depreciam e sobre o qual elas pesam, considerando-o nada mais que um resíduo: o cotidiano. “Ou” trabalhamos para esmagar esse residual, “ou” consideramos o irreduzível, o preciso conteúdo das formas abstratas e das diferenças concretas. “Ou” nos colocamos a serviço das “causas”, “ou” ajudamos a humilde razão do cotidiano.

Essa afirmação nos remete ao contexto ambiental, pois é necessário um engajamento nesta causa, dedicando a mudanças de conceitos já estabelecidos

sobre a EA. Conceitos já arraigados. O meio ambiente é finito. O mar, os recifes coralinos. É necessário que a preservação seja absoluta e imediata. E que um conceito de EA que promova a preservação desses ambientes e de outros, seja estabelecido. Preservar é preciso.

Parafraçando Certeau (2009), os participantes da pesquisa foram os pescadores, eles são o próprio objeto de estudo, assim, viu-se a possibilidade de se pesquisar ou de se falar 'sobre' o cotidiano desses pescadores em seu ambiente marinho. Ao ser incluído, mergulhado no objeto de estudo, devido à experiência relevante com a Colônia em questão, chegando, às vezes a me confundir com eles, no lugar dos estudos 'sobre', de fato, onde acontecem os estudos 'com' o cotidiano pesqueiro. E para finalizar esta metodologia recorro a Ferraço quando diz: "Somos, no final de tudo, pesquisadores de nós mesmos, somos nosso próprio tema de investigação" (FERRAÇO, 2003, p. 160).

Os entrevistados responderam perguntas relacionadas ao ecossistema Recifes de Areia, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento destes com relação à área de estudo, no que se refere à pesca predatória e a influência do fluxo de pessoas em sua degradação e os impactos causados pela sua atuação na zona pesqueira dos Recifes de Corais ou Recife de Areias.

Foram arguidos em uma entrevista transformada em questionário, 100 pescadores da Colônia Z-24 da cidade de Alcobaça - BA – destes, 98% são homens e 2%, mulheres, através de um questionário semiestruturado com 14 perguntas abertas, o que gerou respostas múltiplas e distintas, em alguns momentos, bem como alguns relatos orais que serão descritos adiante, ainda nesta análise da pesquisa de campo. Essa ferramenta permitiu embasar com dados, o norteamento teórico, o material documentado, bem como as respectivas análises que foram organizadas em relatório de pesquisa, componente da dissertação construída. Também se utilizou do instrumento da coleta de relatos orais, através de entrevistas estruturadas.

Os pescadores, *a priori*, preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Tal procedimento condiz com as disposições contidas na

Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme segue:

II. 11 - Consentimento livre e esclarecido - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa (VIEIRA; HOSSNE, 2001, p. 172).

Para tanto, foi realizada uma leitura do termo de consentimento em que houve a anuência dos mesmos, porque aceitaram de imediato participar da pesquisa. Ocorreu a leitura dos formulários e a distribuição dos mesmos entre os participantes da pesquisa de campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados para a pesquisa de campo foram representados através de tabelas e gráficos, o qual permite uma descrição imediata do fenômeno, representada de forma visual para facilitar a melhor observação do conjunto. Essas informações provenientes dos formulários/questionários foram analisadas e utilizadas como subsídios para a abordagem bibliográfica realizada, proporcionando assim, um tratamento qualiquantitativo das informações. Após esta fase, foi realizada a leitura dos escritos dos sujeitos pesquisados, que apresentavam-se de forma semelhante e diferenciada, definindo-se assim, algumas categorias.

A primeira questão refere-se à profissão dos pescadores, caso os mesmos tivessem outra que não fosse a de pescadores. Entretanto, 100% deles afirmaram que são pescadores apenas. Questionou-se em relação à faixa etária. O resultado pode ser visualizado no gráfico 1:

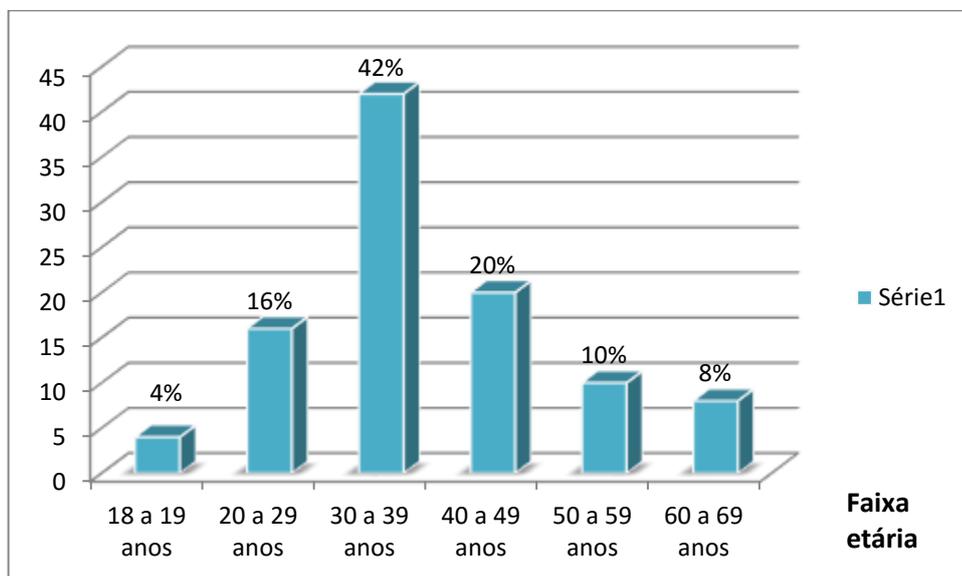


Gráfico 1: Faixa etária.
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Dos entrevistados, 4% têm de 18 a 19 anos; 16% de 20 a 29 anos; 42% de 30 a 39 anos, 20% de 40 a 49 anos; 10% de 50 a 59% e 8% apenas, de 60 a 69 anos. Nesse contexto, faz-se necessário dar ênfase a prevalência da faixa etária entre pescadores da Colônia Z-24 de 30 a 39 anos. O gráfico 2, a seguir, comprova quanto tempo estão exercendo a atividade de pescadores.

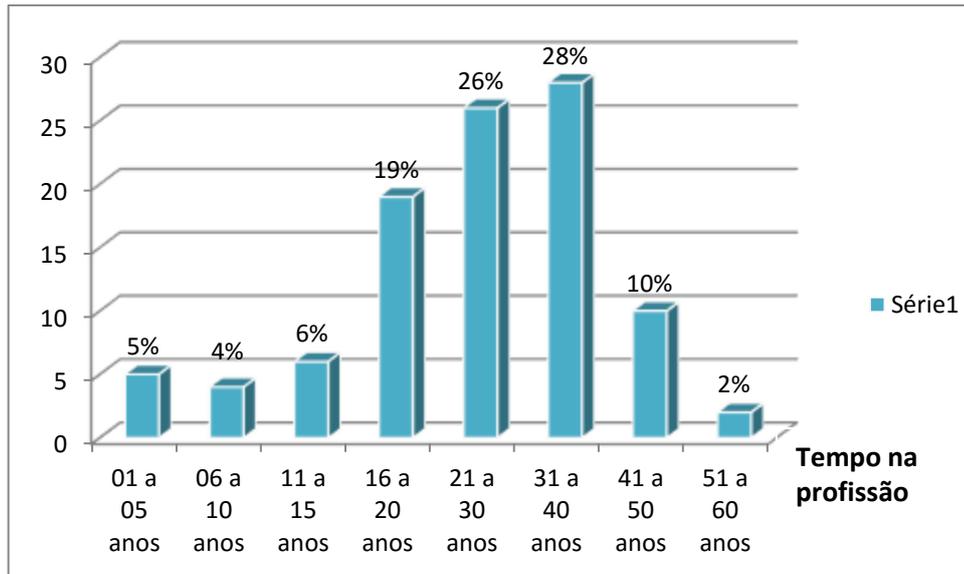


Gráfico 2: Tempo de profissão.
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Dos pescadores entrevistados, 5% têm de 1 a 5 anos de profissão; 4% de 6 a 10 anos; 6% de 11 a 15 anos; 19% de 16 a 20 anos; 26% de 21 a 30 anos; 16%, 41 a 50 anos e apenas 2% de 51 a 60 anos, o que se pode verificar que a maioria corresponde a uma faixa entre 21 e 40 anos de profissão, o que demanda muito tempo. Com respeito à escolarização dos pescadores, os mesmos responderam conforme gráfico 3:

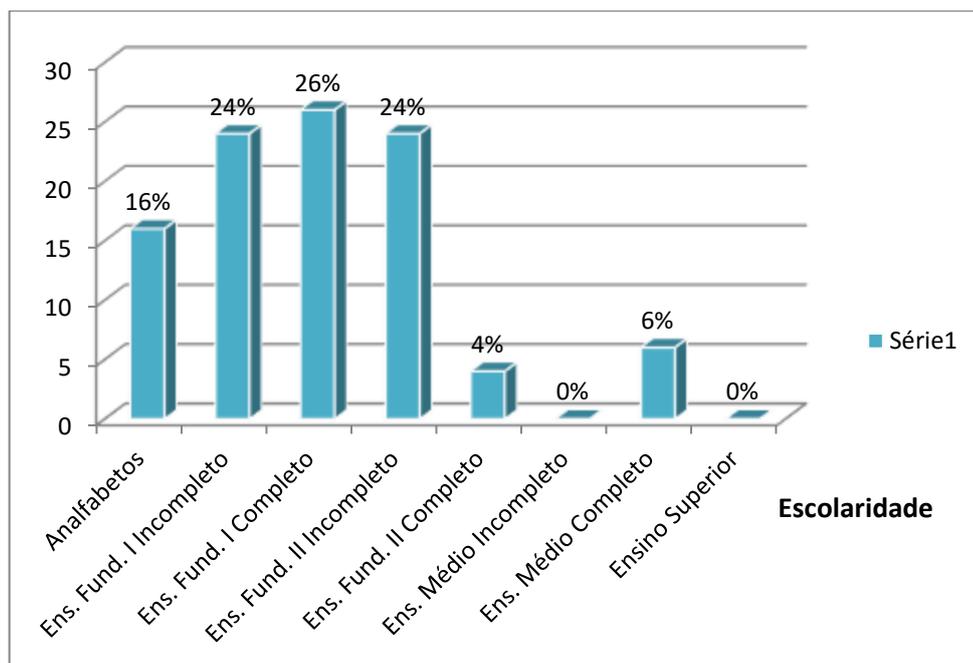


Gráfico 03: Grau de escolaridade.
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Em relação ao grau de escolarização, percebeu-se que, a maioria tem o Ensino Fundamental - EF I ou II; 16% dos entrevistados são analfabetos, 24% afirmaram que têm o Ensino Fundamental I Incompleto; 26% citaram que têm o Ensino Fundamental I Completo; 24% disseram que têm o EFII Incompleto; outros, 4% que possuem o EFII Completo e 6% têm o Ensino Médio. Pode-se perceber, portanto, que a maioria possui um certo grau de conhecimento.

Todos os entrevistados/pescadores (100%) já conhecem o ecossistema Recife de Areias, porém alguns desconhecem a sua importância econômica e ambiental. Nesse âmbito, Tristão (2005) informa que o ser humano se apropria do meio, atendendo uma necessidade de sobrevivência. A reprodução capitalista na concepção geográfica corrompeu o homem a “violentar” as restrições do meio ambiente.

Neste contexto se faz necessário que em ambientes onde estão presentes os Recifes de Coral, a Educação Ambiental seja efetiva e constante mostrando assim as diferentes formas de conservação e preservação desse ecossistema.

Foram questionados se o Recife de Areias deve ser preservado. 94% afirmaram que sim. Em contraponto, 4% disseram que não e 2% acham que sim, deve ser preservado, conforme gráfico 4.

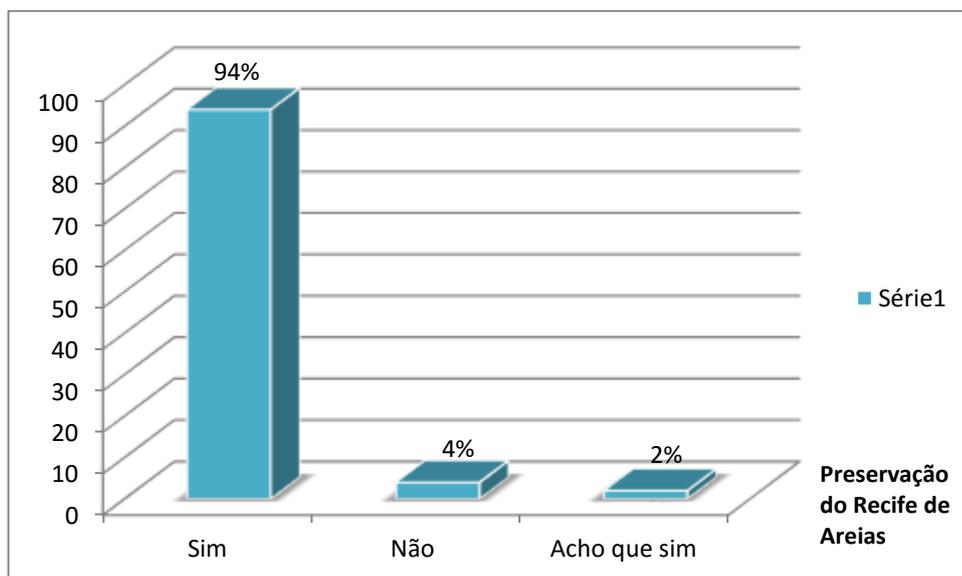


Gráfico 4: Recife de Areias e a preservação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

O entendimento do homem para as questões ambientais é quase universalizado sendo que boa parte da população se beneficia dos recursos naturais (REIGOTA, 2001). Entretanto, assimetricamente o homem tem um mau planejamento para a exploração desses recursos que acarretam em um processo de instabilidade local, como ocorre nos Recifes de Corais em Alcobaça - BA.

Esse processo inalcançável da inteligência do homem frente às riquezas oferecidas pelo planeta o leva a desenvolver um cunho explorador frente ao cenário que lhes é oportunizado. Nesse ínterim, alguns pescadores fizeram relatos orais em referência à preservação do Recife de Areia nas proximidades do Município de Alcobaça:

Os Recifes de Areias precisam ser preservados, pois lá é onde os peixes desovam (Relato oral)⁶.

Claro que o Recife de Areias deve ser preservado. Claro! Pois é área de criação de peixe, lagosta (Relato oral)⁷.

Reconhece-se que a história oral está longe de ser uma história espontânea, não é a experiência vivida em estado puro, e que os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os estudiosos costumam consultar (ARBEX JR., 2005).

Segundo Gilbert Durand, em epígrafe, “o imaginário é o perfume do real. Por causa do odor da rosa eu digo que a rosa existe” (LOPES, 2007, p. 17). Como poderemos utilizar o conceito de imaginário e memória para que se explique a forma como esses dois conceitos estão entrelaçados e, ainda assim, mantenha cada uma sua particularidade? Essa é uma questão a ser respondida ao longo do trabalho. Percebemos com isso que cada pessoa capta o mundo exterior de uma forma específica, levando em consideração sua experiência de mundo, aqui concebida como memória, e sua visão futura desse mundo, aqui concebida como imaginário, construído com base na memória.

⁶ Entrevistado nº 2. Pescador há 19 anos, 33 anos de idade.

⁷ Entrevistado nº 8. Pescador há 19 anos, 37 anos de idade.

Foram questionados em respeito às ações que eles creem que são prioritárias para a preservação o Recife de Areias. Dessa forma, surgiram categorias, entretanto, uma categoria foi bastante relevante, a de Fiscalização e as respostas foram múltiplas conforme Tabela 1:

TABELA 1: CATEGORIA I - FISCALIZAÇÃO

Pescador nº	Respostas	Qtde.
09, 15, 17, 20, 23, 24, 26, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 53, 55, 62, 65, 73, 74, 78, 80, 85, 87, 89, 93, 96, 99, 100	Fiscalizar	32
02	São muitas, fiscalização, explicar ao pessoal o que o local.	01
04	Colocar gente para fiscalizar	01
05, 07, 11, 12	Fiscalizar e conversar mais com os pescadores	04
10	Fiscalizar e educar o pessoal que vai lá	01
13	Fiscalização e palestras com pescadores	01
14	Educação ambiental e fiscalização	01
16	Fazer o balizamento e fiscalizar	01
18	Fiscalização, educação ambiental e colaboração dos pescadores com os turistas que eles levam lá	01
19	Fiscalização e falar com os pescadores antes de multar a gente	01
21	Fiscalização e umas boias	01
25	Fiscalizar e colocar um farol lá	01
33	Fiscalização e conscientização das pessoas que vão lá	01
36	Fiscalização e educação para os turistas e pescadores	01
44	Fiscalizar e sinalizar	01
47	Fiscalização e falar com os turistas que não podem jogar lixo lá	01
48	Cada dia tem mais fiscalização e daqui a pouco o pescador vai pescar onde, se tudo vira reserva?	01
50	Fiscalizar que não tem	01
Total		52

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

*Os outros pescadores aqui não contemplados encontram-se em outras categorias.

O Recife de Areia trata-se de um ecossistema diversificado, com fauna e flora abundante, além de fornecer importante fonte de proteína para alimentação humana. É de grande relevância apontar a importância ecológica desse ecossistema, pois, segundo Ferreira et al., (2000), os ambientes recifais são considerados, juntamente com as florestas tropicais, as duas mais diversas comunidades silvestres do planeta. Vale enfatizar a resposta do pescador nº 48, que assemelha-se a um desabafo, um relato oral:

Cada dia tem mais fiscalização e daqui a pouco o pescador vai pescar onde, se tudo virá reserva?(relato oral)⁸.

Em relação ao relato oral, Vansina (2010) contribuiu com seu estudo sobre a tradição oral e, segundo o autor, se diferencia da transmissão escrita porque tem a oralidade como principal característica.

A seguir encontram-se as outras categorias na Tabela 2 com as respostas diversificadas dos pescadores da Colônia Z-24 de Alcobaça - BA acerca das ações que são prioritárias para a preservação do ambiente dos Recifes de Areia.

TABELA 2: CATEGORIAS II - MÚLTIPLAS

Pescador nº	Respostas	Qtde.
51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98	Não sabem responder	33
01	Sinalizar para o barco não encalhar	01
03	Colocar uma baliza lá	01
06	Colocar umas boias lá	04
08	Conversar mais com os pescadores e com os turistas que frequentam os recifes	01
22	Explicar para o pessoal o que é aquele lugar	01
27	Não deixar gente ir lá	01
28	Que as pessoas venha conversar mais com nos pescadores	01
31	Colocar umas boias em volta para a gente saber que ali é um sequeiro	01
35	Explicar que não pode pescar lá	01
37	Controlar quem vai lá	01
42	Não deixa gente descer lá por um tempo	01
30	Dizer que não é para jogar lixo lá e não pegar as coisas do local	01
Total		48

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Alguns argumentaram que é necessário que haja a educação e pode-se entender aqui, o termo, como Educação Ambiental. Assim, a Educação Ambiental é o primeiro passo, desde que seja um processo contínuo. A comunidade pesqueira, não só

⁸ Entrevistado nº 48. Pescador há 33 anos, 47 anos de idade.

necessita do estudo sobre o meio ambiente, mas é preciso externar o conhecimento adquirido, através de suas atividades cotidianas. A educação ambiental não é uma questão unicamente individual. É uma questão de sobrevivência da humanidade.

No questionário da pesquisa de campo, em uma das questões formuladas, buscou-se entender se para os pescadores da Colônia Z-24, o turismo contribui para a degradação do Recife de Areias. E se a pesca contribuiu? Conforme gráfico 5.

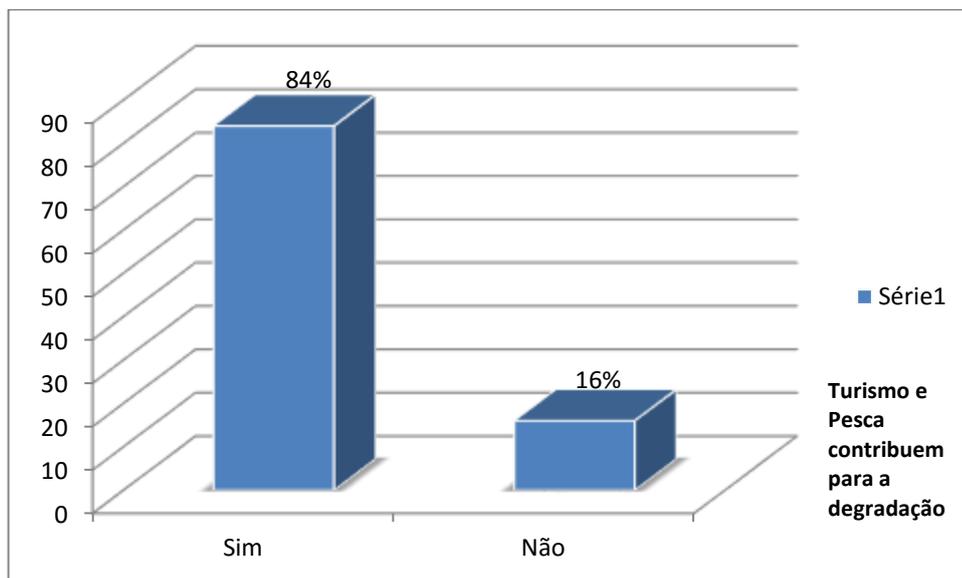


Gráfico 5: Turismo e pesca contribuem para a degradação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

A maioria dos pescadores, 84%, concordou que o turismo e a pesca contribuem para a degradação do Recife de Areias. Entretanto, 16% afirmaram o contrário. Alguns pescadores afirmaram ainda, que o turismo contribui para a degradação, mas a pesca, não. Nesse contexto, Reigota enfatiza:

Em transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações internas e externas caracterizam a história social e a individual, onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo (REIGOTA, 2002, p. 15).

É importante que os pescadores compreendam que a degradação ambiental é causada por todos aqueles que infringem as regras de um meio ambiente sustentável, sejam eles pescadores, turistas ou outros. Entre aqueles que afirmaram

positivamente, observam-se posicionamentos conforme estão escritos na Tabela 3:

TABELA 3: TURISMO E PESCA CONTRIBUEM PARA A DEGRADAÇÃO

Pescador nº	Respostas	Qtde.
01, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 30 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 98	Sim	57
02	Sim. Deve ser preservado porque lá é um local onde os peixes desovam	01
05	O turismo se não falar com o turista o que ele não pode pegar nada de lá, contribui, mas se conversar antes com eles e explicar tudo, não. A pesca também. Deve ser falado com pescador, a respeito do recife.	01
08,14	Se forem feitos de maneira desordenadas, sim	02
09, 31	Sim porque matam os peixes, pegam búzios e andam por cima dos corais	02
11	Sim e muito	01
18	Se o turismo e a pesca forem predatórios, sim	01
22	Sim, o povo quer pegar as coisas que tem lá, sim	01
24	Sim, pois acabam com o lugar deixando lixo e matando os peixes	01
45	Sim quando não faz com respeito.	01
50	Sim, porque é lugar de criação de peixe	01
62	Sim, porque há degradação ambiental	01
76	Sim, porque destroem por onde passam	01
85	Sim, porque eles não cuidam do meio ambiente como deveriam	01
91	Sim, porque a natureza reclama	01
100	Sim, porque eles não têm pena dos peixes em desova, e acabam matando, assim, eles não procriam mais e os peixes ficam difíceis de ser pescados	01
Total		74

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

*Os outros pescadores aqui não contemplados encontram-se em outras categorias.

Os moradores comentaram ainda que muitos mergulhadores ao fazer seus mergulhos matam os peixes pequenos no local do Recife de Areias. Outro morador foi enfático ao dizer em seu relato oral que:

O turismo contribui para a degradação, sim porque os turistas pegam as tartarugas para tirar fotos, pegam peixe, tiram búzios, corais e outras coisas; a pesca quando é feita lá pode matar peixe, que esta ali para reprodução (relato oral)⁹.

Uma questão um pouco semelhante à anterior, diz respeito à pesca predatória que vem ocasionando a degradação do Recife de Areias. E foi perguntado aos pescadores se isto pode ocorrer, em seu entendimento?

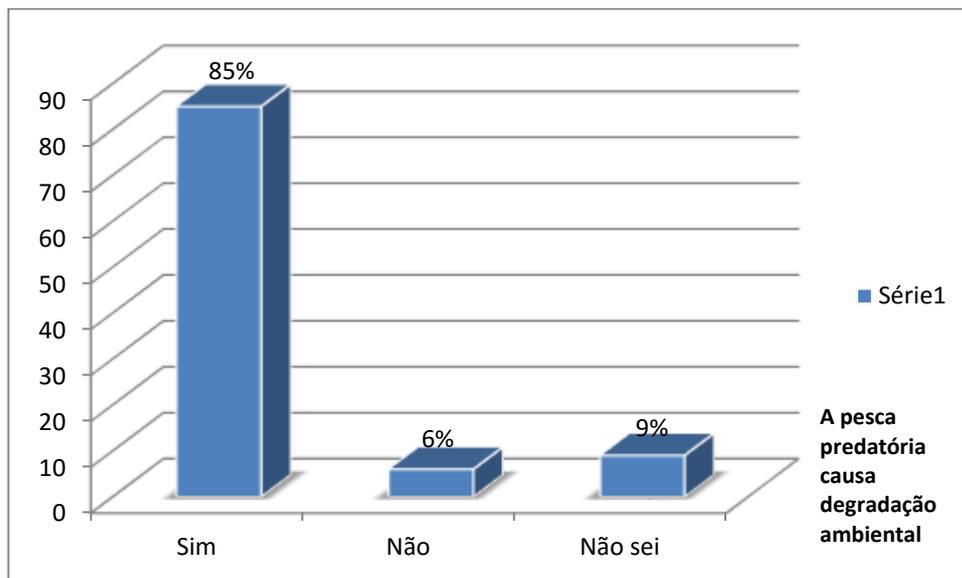


Gráfico 06: A pesca predatória causa a degradação no ecossistema.
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Percebeu-se, após relatos, que uma grande maioria dos pescadores da Colônia Z-24 compreende que a pesca predatória causa a degradação no ecossistema do Recife de Areias, inclusive alguns relatam que lá não é lugar para pesca. 6% não acreditam nessa assertiva e 9% desconhecem essa informação. Seguem alguns relatos de alguns pescadores acerca desses fatos:

A pesca predatória não uma pesca consciente (relato oral)¹⁰.

O predador nunca tem consciência dos seus atos (relato oral)¹¹.

⁹ Entrevistado nº 2. Pescador há 19 anos, 33 anos de idade.

¹⁰ Entrevistado nº 5. Pescador há 18 anos, 32 anos de idade.

¹¹ Entrevistado nº 8. Pescador há 19 anos, 37 anos de idade.

Se uma rede de pesca se perde em cima de um coral, ela fica matando peixe até alguém tirar ela de lá ou o até o coral crescer em cima da rede (relato oral)¹².

Se for mergulho, então prejudica muito os peixes que não têm defesa (relato oral)¹³.

Não, o mar é muito grande, é muito peixe, nunca vai acabar não (relato oral)¹⁴.

O mar tem peixe que não acaba mais, não vai prejudicar e causar degradação, porque os peixes do mar são como as estrelas no céu, nunca vão acabar (relato oral)¹⁵.

Os relatos orais são importantes para observarmos sobre a forma como as pessoas diretamente envolvidas com a pescaria e afins observam e emitem opiniões sobre ela.

A respeito das informações aqui coletadas, os principais impactos observados no Recife dizem respeito ao turismo desordenado e a pesca predatória sobre recifes da região costeira do município de Alcobaça, no Extremo Sul da Bahia.

Baseando-se em algumas respostas, percebe-se que o homem vem agindo como se a economia operasse de forma isolada 'do ambiente'. O Meio Ambiente serve como um infinito 'almoxarifado' de recursos. A noção do ambiente como uma entidade distante é um mito sociocultural. Longe de serem separados, o ambiente e a economia sempre estiveram plenamente integrados. A economia humana é um subsistema totalmente dependente da ecosfera (HUTCHISON, 2000).

Na questão 10 em que foi perguntado em relação ao tempo de duração que eles acreditam ser necessário para a formação de um ecossistema como o Recife de Areias, eles afirmaram em sua totalidade (100%) ser muito tempo. Alguns responderam:

¹² Entrevistado nº 9. Pescador há 22 anos, 36 anos de idade.

¹³ Entrevistado nº 28. Pescador há 38 anos, 51 anos de idade.

¹⁴ Entrevistado nº 48. Pescador há 33 anos, 47 anos de idade.

¹⁵ Entrevistado nº 73. Pescador há 45 anos, 63 anos de idade.

Muito tempo, não sei dizer, é coisa de Deus (relato oral)¹⁶.

Uma cara de tempo, não dá para contar. Nem para imaginar tamanha grandeza (relato oral)¹⁷.

Formação milenar, só com estudos para responder com exatidão (relato oral)¹⁸.

Muitos anos, mais de 100 anos (relato oral)¹⁹.

Sei não deste que eu nasci, o Recife já tinha (relato oral)²⁰.

Tempo não sei dizer não mais é muito tempo (relato oral)²¹.

Senna e Matos (2011) compreendem a memória enquanto construção do tempo presente vivenciadas no passado, de acordo com essa interpretação, à medida que os sujeitos formam redes de relações e ampliam essas redes, cria-se uma interdependência entre o que é individual e o que é coletivo; assim, as memórias individuais e coletivas se encontram, se fundem e se confundem.

98 homens/pescadores e 2 mulheres/pescadoras foram entrevistados e em 32% dos casos, seus relatos foram gravados, em outras situações (68%) não quiseram aparecer e foi respeitada a vontade de cada entrevistado e resguardados os seus direitos de serem preservados.

Na questão nº 11 foi perguntado se eles acreditam que existe alguma relação entre Recife de Areias e Abrolhos, conforme gráfico 7:

¹⁶ Entrevistado nº 1. Pescador há 45 anos, 57 anos de idade.

¹⁷ Entrevistado nº 5. Pescador há 18 anos, 32 anos de idade.

¹⁸ Entrevistado nº 8. Pescador há 19 anos, 37 anos de idade.

¹⁹ Entrevistado nº 20. Pescador há 10 anos, 25 anos de idade.

²⁰ Entrevistado nº 48. Pescador há 33 anos, 47 anos de idade.

²¹ Entrevistado nº 92. Pescador há 50 anos, 66 anos de idade.

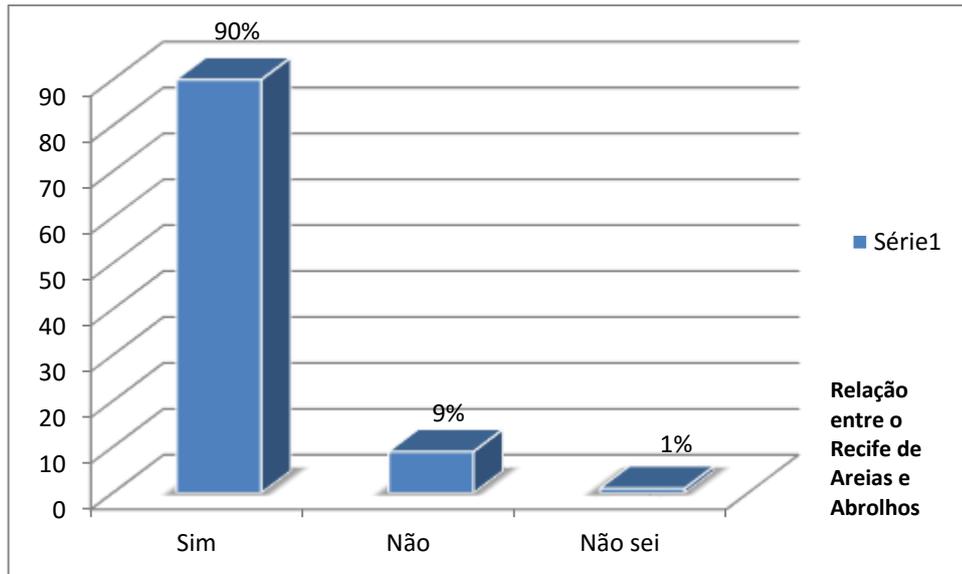


Gráfico 7: Relação entre o Recife de Areias e Abrolhos.
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

90% deles afirmaram que há relação, 9% que não há e apenas 1% não soube responder. Abaixo encontram-se alguns relatos pertinentes acerca desse questionamento:

Sim, os 2 têm corais (relato oral)²².

Sim, faz parte do mesmo paredão de corais (relato oral)²³.

Acho que sim, porque os peixe ficam lá e cá (relato oral)²⁴.

Sim, Abrolhos além das ilhas têm recifes de corais (relato oral)²⁵.

Sim, deve ser a mesma formação do banco de coral (relato oral)²⁶.

Sim, tudo tem corais que é lugar de peixe crescer (relato oral)²⁷.

²² Entrevistado nº 1. Pescador há 45 anos, 57 anos de idade.

²³ Entrevistado nº 2. Pescador há 19 anos, 33 anos de idade.

²⁴ Entrevistado nº 3. Pescador há 30 anos, 43 anos de idade.

²⁵ Entrevistado nº 7. Pescador há 28 anos, 43 anos de idade.

²⁶ Entrevistado nº 8. Pescador há 19 anos, 37 anos de idade.

²⁷ Entrevistado nº 9. Pescador há 22 anos, 36 anos de idade.

Sim, na natureza tudo está relacionado (relato oral)²⁸.

Acho que não, um tá muito longe do outro (relato oral)²⁹.

Acho que não, porque eles são muito distantes, não tem ligação nenhuma. Uma coisa é o Recife de Areia e outra coisa é Abrolhos (relato oral)³⁰.

Percebe-se que cada pescador tem a sua informação relacionada às questões da pesca e seu entorno. De acordo com Arbex Jr. (2005, p. 37), em relação ao aspecto memória/cultura de um povo, “[...] não requer muita sofisticação teórica ver que todas as representações – sejam na linguagem, na narrativa, na imagem ou no som gravado – estão baseadas na memória”.

A memória, até mesmo, ou especialmente, por vir sempre depois, é em si, baseada na representação. “O passado não está simplesmente ali na memória, mas tem de ser articulado para se transformar em memória. A fissura que se opera entre experienciar um acontecimento e lembrá-lo como representação é inevitável” (ANDREAS HUYSSSEN, apud ARBEX JR., 2005, p. 123).

Assim, como um resgate da memória, os pescadores têm a percepção do que ocorre nos recifes coralinos, têm a concepção do que deve ser feito para preservação da área, muitos gostariam que tivesse a fiscalização, outros, a punição de quem causa impactos nesses locais. Mas, o mais interessante é observar que eles não têm a ideia da proximidade entre a área do Recife de Areias e Abrolhos. A sua memória é local.

O adjetivo “local” está atrelado, nesse contexto, a área dos recifes coralinos para alguns pescadores e não tem uma relação de interdependência com áreas amplas como a territorial. O conceito relacionado ao termo local não quer apenas significar um espaço geográfico bastante delimitado, mas sim uma referência espacial mais ampla.

²⁸ Entrevistado nº 18. Pescador há 50 anos, 63 anos de idade.

²⁹ Entrevistado nº 4. Pescador há 50 anos, 63 anos de idade.

³⁰ Entrevistado nº 100. Pescador há 29 anos, 51 anos de idade.

O turismo desenfreado impacta e degrada os recifes de corais. Um exemplo é citado por Leão (1994) afirmando que houve aumento em 400% (quatrocentos por cento) do número de visitantes ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos em período de cinco anos de 1988 a 1992.

Segundo Leão (1994), o turismo e a recreação nesse ambiente vêm crescendo. Como exemplo ela cita que o banco de Abrolhos no Extremo Sul da Bahia sofre vários problemas, entre eles a ancoragem de barcos, problemas do lixo, óleo derramado nas áreas do parque, retirada de exemplares, pisoteio dos corais. Para que esses impactos sejam minimizados nos ambientes recifais é necessário que se criem programas para limitar o acesso a esses ambientes.

Em relação a terem conhecimento a respeito da existência da Lei municipal nº. 471/99, que torna o Recife de Areias uma Unidade de Conservação, eles responderam que nunca ouviram falar, 100% deles.

A investigação apresenta como ponto de partida, a descrição e a eficácia da lei municipal 471/99, que, por sua vez, precisa ser aplicada para garantir a proteção desse ecossistema. A interpretação da lei precisa ser a mediadora do conhecimento da comunidade acerca da importância do Recife de Areias para a manutenção da diversidade biológica da região em estudo.

Em se tratando do que fazem com os restos de alimentos que consomem no mar, as respostas foram diversas de acordo com o gráfico 8.

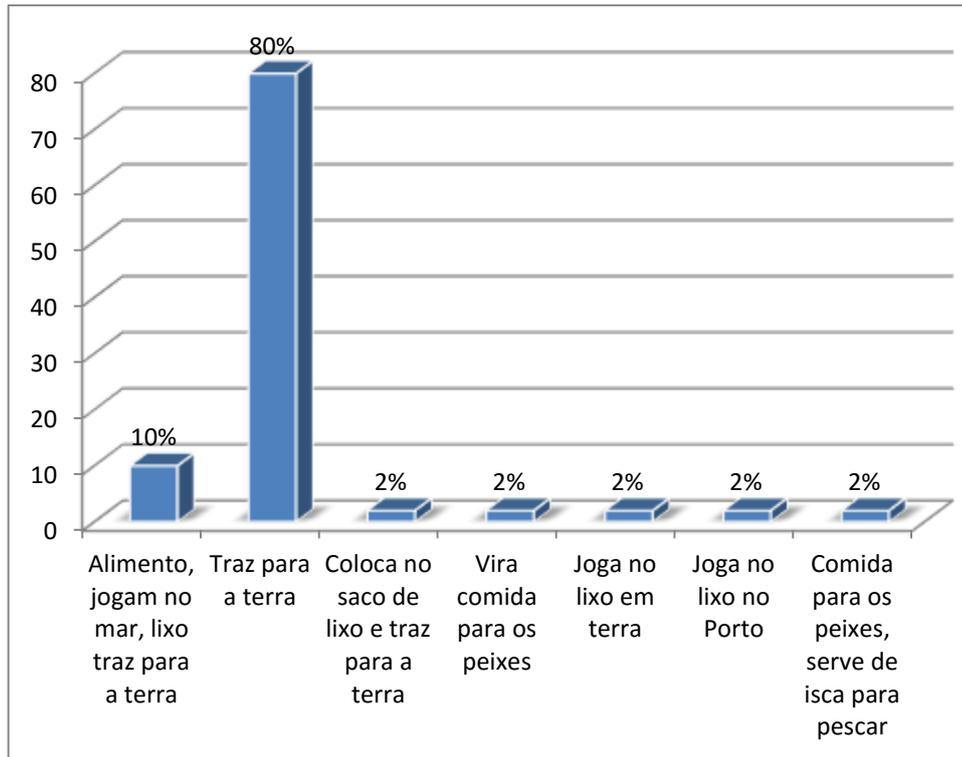


Gráfico 8: Destino dos restos de alimentos que consomem no mar.
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Através dos dados quantificáveis obtidos, percebeu-se que 10% jogam o alimento no mar e o lixo traz para a terra; 80% trazem alimentos e lixo para a terra; 2% colocam no saco de lixo e trazem para a terra; 2% disseram que os alimentos viram comida para os peixes; 2% jogam no lixo no Porto e 2% afirmaram que os alimentos são comida para os peixes e servem de isca para pescar. Percebe-se, por conseguinte, que a maioria tem consciência de que não devem jogar o lixo no mar.

Inclusive alguns relataram que já viram amigos jogarem óleo *diesel* no mar, quando fazem a troca de óleo para dar maior força ao motor de propulsão e que sabem que isto não é permitido, pois poluem a água do mar, entretanto, não têm coragem de denunciar, pois todos são amigos e precisam pescar para sobreviver.

É indispensável também um trabalho de educação em questões ambientais dirigidas tanto às gerações jovens como aos adultos, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de uma opinião bem informada e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade,

inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em toda sua dimensão humana (ESTOCOLMO, 1972).

O último questionamento foi acerca das ações de maior relevância para a preservação do Recife de Areias. Surgiram várias respostas, algumas coincidiram, por isso foram tratadas em categorias, outras foram diferentes, conforme pode-se verificar nas tabelas 4-5-6-7:

TABELA 4: CATEGORIA I - FISCALIZAÇÃO

Respostas	Qtde.
Fiscalizar	43
Um monte: fiscalizar, falar com o pessoal que vai lá o que deve fazer.	01
Fiscalização e palestras	01
Botar fiscal lá e explicar para a gente	04
Fiscalização, explicar para o pescador o que é recife de areia	01
Fiscalizar e sinalizar	01
Não deixa mais barco ir lá	01
Fiscalizar quem vai lá e quem suja o local	01
Fiscalizar e conversar mais com os pescadores antes de multar	01
Fiscalizar para não deixar gente descer lá no recife e pegar tartarugas, búzios e corais e matar os peixes	01
	55

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

TABELA 5: CATEGORIA II - SINALIZAÇÃO

Respostas	Qtde.
Sinalizar	08
Botar um farol lá, aí ajuda a gente	02
Marcar o lugar	03
Colocar um farol lá	01
Botar fiscal lá e explicar para a gente	04
Fiscalização, explicar para o pescador o que é recife de areia	01
Fiscalizar e sinalizar	02
	21

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

TABELA 6: CATEGORIA III – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Respostas	Qtde.
Educar os pescadores e os turistas que vão lá	04
Conscientização do pescador para eles explicarem aos turistas que vão lá	01
Mais assistência e explicar ao pescador o que é recife de areia	01
Palestras	01
Campanhas de conscientização	01
Conversar mais com as pessoas que vão ao recife	05
Falar com as pessoas para não jogar lixo no local.	01
	14

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

TABELA 7: CATEGORIA IV – FISCALIZAR, SINALIZAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Respostas	Qtde.
Falar com os pescadores a importância do recife, fazer fiscalização e marcar o lugar.	02
Um monte de coisa, sinalização, fiscalização e explicar para nois para que serve o recife	01
Mais diálogo com a gente, sinalização e fiscalização	01
Fiscalização, sinalização e conscientização dos pescadores e donos de barcos	03
Sinalizar, falar com as pessoas, fiscalizar	02
Colocar gente para sinalizar e olhar quem faz coisa errada no recife e não respeita as coisas da natureza, mesmo sabendo que um dia os peixes podem acabar e eles não terão mais como buscar o próprio sustento	01
	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Alguns pescadores afirmaram que não sabem responder (5%). Uns pescadores responderam em forma de relato oral:

Falar com as pessoas para não pegar nas tartarugas, não matar os peixes, não pegar os corais para colocar em aquários, não sujar e outras coisas erradas que fazem lá no Recife (relato oral)³¹.

Fiscalizar mais no verão quando um monte de gente vai e faz bagunça, matam tartarugas, traz corais e um monte de coisa (relato oral)³².

³¹ Entrevistado nº 77. Pescador há 44 anos, 65 anos de idade.

³² Entrevistada nº 50. Pescadora há 28 anos, 48 anos de idade.

Vale ressaltar que este relato oral acima é de uma pescadora e são encontradas poucas pescadoras na Colônia Z-24 de Alcobaça. Muitos integram pais e filho pescadores. Geralmente são famílias de pescadores mais antigos/mestres que a esposa e filho resolvem seguir a mesma profissão, para dar continuidade à história do patriarca.

Diante de tais reflexões tomamos como ponto de partida, a defesa de Le Goff (1990), que aponta para a necessidade de diversificação dos métodos; entender que qualquer vestígio pode sinalizar para algo que precisamos descobrir porque o entrevistador precisa ter em mente, um objetivo traçado sobre o que vai pesquisar.

O uso do relato oral e seus procedimentos teórico-metodológicos contribuem, neste trabalho, para pensar possibilidades de diálogo entre teoria da construção do conhecimento científico e o conhecimento empírico dos pescadores da Colônia Z-24 de Alcobaça - BA e a pesquisa que pretende apresentar as falas dos entrevistados enquanto sujeitos da pesquisa de campo.

Para Halbwachs (2006, p. 67):

Em nosso entender, a História Oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimento de trabalho – tais como diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática.

A oralidade não se apresenta como sinônimo de falta de habilidade ou capacidade, ao contrário, as tradições orais emergem como uma ação fundamental diante da realidade, que pode originar-se de maneira confiável a partir de narrativas intuídas diante de testemunhos oculares, ou seja, vivenciados. Essas experiências grupais permitem fortalecimento de laços identitários, a partir das narrativas que conduzem para traços comuns que são reconhecidos como pertencentes à determinada categoria – neste caso, a dos pescadores.

Sabendo da importância global dos recifes coralinos, para o habitat marinho e a economia de muitas cidades, foi usada como estudo de caso a realidade que

compreende o Recife de Areias com seus pescadores e turistas, no município de Alcobaça - BA.

O Recife de Areia possui importância à biodiversidade local e regional, pelo papel promissor na dinâmica econômica da cidade, já que esta se desenvolve mediante a exploração dos recursos costeiros (pesca e turismo).

Observou-se após pesquisas com os pescadores locais bem como após diversas visitas *in loco* e acompanhamento do trabalho dos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA, que os pescadores não têm feito a reciclagem do óleo diesel usado nas embarcações. Nem todos têm o cuidado e a fundamental importância de lembrarem-se de trazer o lixo da embarcação e não jogá-lo ao mar, o que diminuiria os impactos ambientais nas imediações dos recifes coralinos.

A ocupação e a exploração do ambiente terrestre e marinho mostram que a capacidade de suporte desses ambientes se encontra em estado de esgotamento, sendo urgente a necessidade de rever as premissas do crescimento econômico levando em consideração os índices de desenvolvimento humano e a conservação e preservação do meio ambiente (MMA, 2000).

Além da degradação continuada no local, realizada pelos moradores locais e pelos pescadores verifica-se também, que os desafios na localidade referem-se à fragilidade dos ecossistemas marinhos, pelas visitas desordenadas e irregulares à localidade pelos turistas, o aumento da poluição ambiental nas visitas, jogando lixo, o que tem causado danos aos peixes e às tartarugas marinhas e, conseqüentemente, a todo o ecossistema, assim como a definição de ações de uso sustentável para os recursos naturais como o Recife de Areias, que também se constituem em desafios para a gestão ambiental. Sabe-se que os interesses econômicos de uma dada sociedade passam pelo respeito às questões ambientais. Sendo assim é válido que iniciativas sejam tomadas para mitigar o problema.

No Recife de Areia é possível distinguir períodos de visitação distintos distribuídos durante o ano. Pode-se constatar que o período de maior intensidade de visitas ocorre no verão, precisamente entre os meses de dezembro a março, coincidindo

com o período de férias escolares. Nessa época, as condições da água favorecem o mergulho, o que sugere a ocorrência de atividades subaquáticas. Verificou-se, portanto, que muitos pescadores explanam que a pesca predatória, através do mergulho, mata os peixes e degradam o ambiente.

No inverno, a mudança das condições atmosféricas favorece a redução das visitas. Ocorre ainda, um período de visitação intermediária que acontece entre os meses de agosto e novembro, época em que a região recebe um contingente de turistas interessados na visualização das baleias Jubarte, *Megaptera novaeangliae*, e estas chegam à região para procriarem e acasalamento em Abrolhos (MMA, 2000). Nesse ínterim, alguns pescadores relataram que o Recife de Areias está interligado a Abrolhos, outros creem que não devido à distância geográfica,

A ideia de preservação do ecossistema dos recifes de corais é praticamente unânime entre toda a população entrevistada, mostrando um nível de conscientização satisfatório por parte dos mesmos, porém sabe-se que não basta apenas ter conhecimento e entendimento de que se precisa cuidar desse ecossistema, mas sim efetivamente optar por ações que fundamentalmente venham a produzir resultados benéficos para a preservação e conservação de toda essa riqueza natural que está à disposição da humanidade para um uso sustentável e consciente (MMA, 2000).

Na atualidade, existem áreas de proteção ambiental em diversos locais de recifes de coral, mas ficam restritas apenas aos locais que possuem os recifes, ou seja, essas áreas são pouco eficientes e não estão abrangendo áreas que circundam este ecossistema e que são utilizadas para a pesca predatória.

A proposta primeira é de educar ambientalmente, estando todos os envolvidos atentos às ações que são realizadas para esse fim, não só pelo poder público, mas também, por setores organizados da sociedade bem como pescadores, moradores e turistas.

A sugestão é a criação da Resex Alcobaça, que seria uma área utilizada pela população, mas visando proteger os meios de vida ali existentes, assegurando o uso

sustentável dos seus recursos naturais em que a visitação pública seria permitida, visto que a área seria de domínio público, mas necessitaria ser compatível com os interesses da localidade e teria que estar devidamente disposta no plano de manejo da unidade em questão, a saber, a Resex.

Por outro lado, ficou constatada a necessidade de maior divulgação/fiscalização *in loco*, no que se refere à aplicação da Lei Municipal nº. 471/99, que torna o Recife de Areias uma Unidade de Conservação, onde a Educação Ambiental tem papel preponderante, pois em conjunto, o poder público e a sociedade, são os responsáveis diretos pela saúde desse berçário da vida marinha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo macro desse estudo foi alcançado visto que foi dada à Educação Ambiental a devida relevância para que ocorra o equilíbrio da comunidade pesqueira, visando a implantação de estratégias de Educação Ambiental aos pescadores da Colônia Z-24 no Município de Alcobaça-BA.

Desse modo, propôs-se, a partir de problemas já evidenciados na pesquisa, no que se refere a algumas situações ligadas à educação nas comunidades pesqueiras tanto do ponto de vista da informalidade quanto da educação formal (escolar) que os pescadores estudem, tanto em uma escola da Educação de Jovens e Adultos, mas também que tenham aulas direcionadas à Educação Ambiental com o foco no ambiente marinho. Muitos não têm estudos, desconhecem as leis e não buscam ou recebem informações prioritárias que efetivamente reflitam no ambiente pesqueiro.

A educação informal que poderia ser ministrada aos pescadores seria através de projetos sociais, programas e pesquisas realizadas nas localidades onde habitam os pescadores, que contam com a participação dos mesmos através de associações e/ou comunidades organizadas, seja em torno das igrejas locais, na própria sede da Colônia de Pescadores, em uma escola local ou outras formas.

A própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - no seu artigo primeiro, amplia a educação como responsabilidade também da família e de outros setores da sociedade, embora dialeticamente trata-se de um avanço e um retrocesso, pois ao mesmo tempo em que reconhece outros espaços também retira responsabilidades do Estado e as delega apenas aos Municípios. Contudo, essa nova concepção abre espaço aos movimentos sociais, movimentos de pescadores, comunidades, sindicatos e outros, para participarem ativamente da educação dos pescadores relacionada ao ambiente marinho que os circunda.

Também os objetivos específicos foram alcançados neste estudo dissertativo, uma vez que foi possível identificar o nível de conhecimento da comunidade pesqueira, a respeito dos impactos advindos desta atividade – a pesca marinha. Todos conhecem os arredores dos Recifes de Areia e têm consciência que os mergulhos na área, a

visitação desorganizada e a pesca predatória têm causando danos irreversíveis em curto, médio e longo prazos. Observou-se que o nível de conhecimento fica entre bom e médio. Muitos desconhecem as leis, entretanto, outros conhecem os impactos negativos advindos da atividade pesqueira.

Acredita-se que, além disso, “ao participar do processo de desvelamento da realidade de forma coletiva e problematizadora como foi era feito nas entrevistas, o sujeito pode dar um salto qualitativo na reflexão” (PEREIRA; ANELO, 2008, p. 457) e A atuação sobre o seu papel no processo de transformação e na busca pela mudança de atitude em relação aos impactos gerados pela pesca predatória e outras atividades nocivas ao Recife de Areias.

Outro objetivo específico almejado foi o de apresentar aos pescadores da colônia, levando ao conhecimento dos mesmos, a descrição da existência da lei municipal 471/99, que, por sua vez, garante a proteção do ecossistema marinho, o que foi realizado satisfatoriamente, inclusive nenhum pescador conhecia a lei até então.

Foi possível também, através da busca de parceria com a sociedade local e gestores ambientais, desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social na própria Colônia de Pescadores e na cidade de Alcobaça para o desenvolvimento de uma gestão integrada, estimulando atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da localidade.

Com as ações implementadas durante as entrevistas (Explicação da Lei Municipal nº. 471/99, que torna o Recife de Areias uma Unidade de Conservação; explanação sobre os impactos gerados, tais como, coleta de corais, sobrepesca e pesca predatória, desenvolvimento e ocupação costeira, deposição do lixo e resíduos tóxicos, como fertilizantes e agrotóxicos, turismo desordenado e o mau uso do solo como desmatamento, queimadas e incêndios florestais; e posterior gravação das entrevistas) e no período que a antecedeu foi possível verificar que os pescadores pretendiam seguir as regras de não jogar lixo no mar, não mergulhar nos Recifes de Corais, fiscalizar quem assim o faz e denunciar ao Ibama ou aos órgãos municipais competentes, como a Secretaria do Meio Ambiente, qualquer anormalidade

presenciada, visando minimizar os impactos ambientais do turismo desordenado e da pesca predatória sobre recifes da região costeira do município de Alcobaça, no Extremo Sul da Bahia, através de ações de Educação Ambiental.

De acordo com Dias (2004, p. 94), “a Educação Ambiental catalisa o desencadeamento de ações permitindo preparar os indivíduos e a sociedade para o paradigma do desenvolvimento sustentável”. A Educação Ambiental necessita estar presente nos espaços em que habitam os cidadãos, uma vez que toda ação humana produz importantes modificações na estrutura, composição e dinâmica superficial da localidade. Por si só não resolverá os problemas ambientais. No entanto, ela pode influenciar de forma decisiva, uma vez que forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. O problema ambiental foi gerado por cidadãos e cidadãs, e só deles poderão vir às soluções. É imprescindível que haja a promoção do conhecimento da inter-relação sociedade-natureza e a aplicação da Educação Ambiental que atuam como instrumentos de uma possível transformação social.

Com o trabalho de pesquisa realizado junto à comunidade, em especial os pescadores, que já sentem dificuldade para localizar cardumes que lhes propiciem boas pescarias, é possível formar agentes multiplicadores de informações para se preservar o Recife de Areias. Faz-se necessário oferecer, portanto, uma proposta de um fazer crítico, para que percebam a educação ambiental como uma prática social e política possibilitando a interferência dos sujeitos na realidade socioambiental, sendo este, o objetivo maior deste estudo.

Entende-se que o papel principal da educação ambiental é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar. O trabalho pedagógico, então, deve se concentrar nas realidades de vida sociais mais imediatas. O conhecimento da realidade é produzido a partir das experiências dos indivíduos e suas trajetórias com as pessoas.

Enfatiza-se a necessidade de uma sensibilização da população em um âmbito geral para a preservação do ecossistema de Recife de Areias. A educação ambiental é então pedra fundamental para esse trabalho, podendo ser alcançada através da

implementação de políticas públicas que visam à capacitação dos pescadores e o desenvolvimento de um turismo sustentável.

Através da educação ambiental tem-se o desenvolvimento de uma conscientização focada no interesse do indivíduo pela preservação e construído de forma coletiva. Entretanto, foi possível destacar o papel da Educação Ambiental nas diversas formas de interação dos pescadores com a natureza. Para tanto, é fundamental inserir a prática da Educação Ambiental no cotidiano da Colônia de Pescadores Z-24, como uma maneira de implementar a luta pela melhoria ambiental tanto no âmbito marinho quanto na sociedade contemporânea.

Como sugestão para pesquisas futuras, faz-se necessária, uma discussão relacionada à avaliação da eficácia da Lei municipal nº. 471/99, que torna o Recife de Areias uma Unidade de Conservação; Fazer um levantamento do diagnóstico da área dos Recifes de Areia e suas espécies; Elaborar e por em prática um Programa de Educação Ambiental para os pescadores nas escolas municipais no período noturno.

Outra sugestão já mencionada é a criação de uma resex, denominada Resex Alcobaça, uma área que seria utilizada pela população local e pelos turistas e mergulhadores, entretanto protegeria, também, os meios de vida ali existentes, assegurando o uso sustentável dos seus recursos naturais em casos de visitação pública.

Nessa perspectiva, a adoção dessas ações se apresenta em uma grande diversidade de perspectivas de um projeto considerado crítico e emancipatório, o que pode vir a colaborar com a resolução de problemas contemporâneos relacionados à necessidade de respeito ao meio ambiente e aos seres que nele habitam.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. **Agenda 21 Local**. Comissão Pró-Agenda 21 do Rio de Janeiro. Prefeitura Municipal de Alcobaça. Estado da Bahia. Secretaria do Meio Ambiente e Turismo. 2006.
- ALVES, Francisco das Neves (org). **Brasil 2000 - Quinhentos anos do processo colonizatório**: continuidades e rupturas. Rio Grande, RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2000, pp. 9-28.
- ANDRADE, Elizângela Maria de Lucena. **Problemas ambientais globais e prevenção ambiental**. Módulo IX. Faculdade de Ciências Educacionais. Feira de Santana: Face, 2010.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano ambiental**: uma abordagem conceitual. 1. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2002.
- ARBEX JR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo, São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARCELOS, V. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis
- BHABHA, H. **O terceiro espaço**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, s.d.
- BITAR, Omar Yazbek. **Meio ambiente & Geologia**. São Paulo: Senac, 2004.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. (DOU de 28/04/99). Regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Lei da Educação Ambiental. Disponível em:<
http://www.embasa.ba.gov.br/novo/Legislacao/Legislacoes/pdf/Lei9795_99.pdf. Acesso em 09. jul. 2015.
- CARNEIRO, S. M. C. **A dimensão ambiental da educação escolar da cidade de Paranaguá**. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná.
- CARVALHO, Maria Izabel. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis/SP: Vozes, 2009.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 20 de junho de 1986**. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no uso das atribuições

que lhe confere o Art. 10º, inciso IX, do decreto 88.351, de 1º de junho de 1983, e o que estabelece a resolução CONAMA nº 003, de 5 de junho de 1984.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Elementos para a Percepção das Questões Ambientais**. Brasília: UCB-Universidade Católica de Brasília, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRAÇO, C.E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Pesquisa com o cotidiano**. Scielo. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a05v2898.pdf>>. Acesso em 17. set. 2015.

FERREIRA, Beatrice Padovani; MAIDA, Mauro. **Monitoramento dos recifes de coral do Brasil**. – Brasília: MMA, 2006. 250 p.

FERREIRA, B. P; MAIDA, M; CAVA, F. **Característica para o manejo da pesca na APA Marinhas Costa dos Corais**, in: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação. Rede Nacional Pro-Unidade de Conservação. Campo Grande: MS, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUTCHISON, David. **Educação Ecológica: ideias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alcobaça**. Bahia. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290080&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 23. ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração: princípios e tendências**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade; **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo; Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Crisólito de Sousa. **O Público e o Privado: uma relação de poder na romaria ao Senhor do Bonfim de Araguacema no Tocantins**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Goiás. Departamento de Filosofia e Teologia. Mestrado em Ciências da Religião. Goiânia/GO, 2007. 104 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Caderno de Educação Ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente; Instituto do Meio Ambiente. Salvador: IMA, 2010.

MANUAL DE SANEAMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA OS MUNICÍPIOS. 2006. Vol. 1. Disponível em: <http://enge.com.br/saneamento_municipios.htm>. Acesso em 01. fev. 2015.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MEDINA, Nana et al. **Educação Ambiental: Curso Básico a Distância**. Brasília: MMA, 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Mundial**. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>>. Acesso em 11. mar. 2016.

MMA. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – **Atlas dos Recifes de Coral na Unidade de Conservação Brasileira**. Brasília, 2003.

MOREIRA, Maria. Suely. **Estratégia e implantação de sistema de gestão ambiental (modelo ISO 14000)**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001. 286p.

PEREIRA, Odete da Rosa; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski de. **Educação de jovens e adultos e qualificação profissional: uma articulação no contexto da EA**. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2081/educa%E7%E3o%20de%20jovens.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11. ago. 2015.

RALILE, Fundação Benedito. **Relatos dos Municípios**. Caravelas-BA e Alcobaça-BA, Editora Independente Ralile, 2006.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

REVISTA ORIGEM MAGAZINE. Bahia. **Alcobaça**. Bahia. Sessão Especial. Extremo Sul da Bahia. 2014, p. 10-11.

RUSCHEINSKY, Aloísio & Cols. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SEAP. **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR**. 2009. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em 27. ago. 2015.

SENN, Adriana Kivanski de e MATOS, Júlia Silveira. **História oral como fonte: problemas e métodos.** Rio Grande do Sul: Históriae, 2011.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mapa descritivo de Alcobaça.** Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, 2014..

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. **Gestão ambiental municipal: O caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Escola de Administração. Programa de pós-graduação em Administração - PPGA. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias d enehócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRISTÃO, Martha. **Tecendo fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido.** Educação & Pesquisa, São Paulo, *SciELO*. v. 31, n. 2, p. 251-264, 2005.

TRISTÃO, M.; PINEL, H. **Sujeito, identidades e as relações com o meio ambiente.** Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. Mimeo.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia.** São Paulo: Ática/UNESCO, 2010.

VIEIRA, Sonia; HOSSNE, William Saade. **Metodologia científica para a área da saúde.** Rio de Janeiro: Cammpus, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - FASE EXPLORATÓRIA

1. Qual a sua profissão?
2. Você conhece o ecossistema Recife de Areias?
3. Para você, o ecossistema Recife de Areias deve ser preservado?
4. Quais ações você crê que são prioritárias para a preservação desse ambiente?
5. Para você, o turismo contribui para a degradação do Recife de Areias? E a pesca contribuiu?
6. No seu entendimento, a pesca predatória pode ocasionar a degradação desse ecossistema?
7. Quanto tempo, você acredita ser necessário para a formação de um ecossistema como Recife de Areias?
8. Você acredita que existe alguma relação entre Recife de Areias e Abrolhos?
9. Você conhece a existência da Lei municipal nº. 471/99, que torna o Recife de Areias uma Unidade de Conservação?
10. Quando você vai pescar, o que você faz com os restos de alimentos que consome?
11. Quais são as ações de maior relevância para a preservação desse ecossistema?
12. Qual sua idade
13. Pescador há quanto tempo?
14. Estudou até que série?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)

O respeito à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ ou seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto:

Pesquisador Responsável:

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar):

Pesquisadores participante:

Telefones para contato :

O objetivo é implantar através da gestão ambiental, uma proposta de educação ambiental aos pescadores da colônia Z-24 no município de Alcobaça-BA.

. Não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões que podem ser provocados pela pesquisa e dá-se garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

◆ Nome e Assinatura do pesquisador:

♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____ /

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

ANEXOS

ANEXO A - TABELA 01: ESTATÍSTICA DE PESCA - 2005

Tabela 01: Estatística de pesca - 2005

S. C. CABRALIA	PORTO SEGURO	PRADO	ALCOBAÇA	ESPÉCIE	CARAVELAS	NOVA VIÇOSA	MUCURI	SÃO FÉLIX	TOTAL	%
0,00	0,00	0,00	0,00	Agulha	0,00	0,00	0,00	1,47	116,05	2,64
1,85	0,90	2,06	0,09	Agulhão	0,00	0,05	0,00	0,00	18,69	18,69
43,92	29,65	16,82	0,00	Albacora	0,00	0,10	0,00	0,10	284,01	0,62
0,00	0,00	0,00	0,00	Amoréia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,44
9,82	37,77	12,03	4,49	Arabaiana	9,63	0,85	0,98	0,00	201,50	0,44
0,00	0,13	0,06	13,63	Aracimbora	0,00	0,00	0,00	0,02	33,31	0,07
18,00	17,59	50,13	86,51	Arraia	25,62	43,64	10,29	17,64	1.786,51	3,92
0,00	0,00	0,00	0,00	Aratu	0,00	0,00	0,00	0,00	33,41	0,07
8,57	15,25	57,47	87,21	Ariacó	21,27	52,46	40,02	0,00	442,66	0,97
37,31	145,92	131,31	47,45	Badejo	37,49	26,25	4,35	0,00	945,42	2,07
3,09	9,70	17,92	2,72	Bagre	22,82	17,27	10,01	6,69	817,57	1,79
1,05	0,00	4,88	0,24	Baiacu	10,76	7,49	4,87	0,00	31,25	0,07
0,13	1,67	1,61	19,75	Beijupirá	0,21	1,86	0,01	0,03	68,83	0,15
0,07	4,08	0,05	2,27	Bicuda	0,00	0,00	0,00	0,12	405,78	0,89
0,04	0,00	0,05	0,00	Biquara	0,00	0,00	0,77	0,00	3,59	0,01
0,00	0,00	0,00	0,00	Boca-torta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00
0,61	6,82	9,44	64,06	Bonito	0,04	0,12	0,09	0,00	146,02	0,32
0,80	0,31	3,31	0,08	Budião	4,56	0,00	0,03	0,00	10,13	0,02
27,92	40,20	83,77	47,48	Cação	14,60	22,34	4,45	0,08	405,19	0,89
0,90	15,78	14,97	25,42	Camarão grande	24,51	7,58	5,11	6,63	1.981,46	4,34
0,06	1,75	9,41	19,16	Camarão médio	16,95	16,97	2,51	9,81	2.476,77	5,43
50,73	174,32	264,53	209,02	Camarão pequeno	706,73	1632,30	249,19	5,97	5.511,73	12,08
0,00	0,00	0,00	0,00	Cambuba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00

0,45	0,57	3,80	33,72	Cangulo	0,41	1,51	31,98	0,01	140,14	0,31
0,00	0,00	0,00	0,00	Caranguejo- uçá	0,08	0,00	0,00	0,00	316,67	0,69
3,57	1,60	1,97	1,82	Caranha	0,00	0,43	0,00	0,00	98,97	0,22
0,38	2,45	4,20	0,70	Carapeba	0,81	0,00	15,36	1,73	1.315,44	2,88
5,77	43,97	14,45	11,92	Cavala	4,75	0,74	0,70	0,11	930,57	2,04
19,54	64,71	501,83	26,48	Cioba	51,53	49,55	3,98	0,12	1.246,43	2,73
4,45	3,73	4,22	7,26	Corvina	2,47	14,41	2,69	4,56	486,52	1,07
1,66	21,45	30,75	2,08	Dentão	26,70	6,69	0,82	0,00	293,73	0,64
107,56	182,77	160,66	6,87	Dourado	0,21	2,79	2,30	0,00	990,28	2,17
S.C. CABRALIA	PORTO SEGURO	PRADO	ALCOBAÇA	ESPÉCIE	CARAVELAS	NOVA VIÇOSA	MUCURI	SÃO FÉLIX	TOTAL	%
0,00	0,00	0,00	0,00	Enchova	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,00
0,09	0,00	0,00	0,00	Garapau	0,00	0,00	0,00	0,00	1,74	0,00
0,95	0,48	9,62	0,22	Garoupa	7,43	6,39	0,68	0,00	39,26	0,09
94,16	182,48	53,49	15,37	Guaiuba	76,53	4,68	5,19	0,00	1.011,77	2,22
22,69	28,94	8,36	104,06	Guarajuba	6,00	1,19	4,23	0,48	831,24	1,82
0,00	0,00	0,00	0,00	Jabu	0,00	0,00	0,00	0,00	3,22	0,01
0,17	0,00	0,00	1,26	Lagosta- verde	0,00	0,00	0,00	0,00	7,53	0,02
68,01	6,65	47,58	374,17	Lagosta- vermelha	0,00	0,90	0,21	0,00	1.227,82	2,69
0,00	0,00	0,00	0,00	Manjuba	0,00	0,00	0,00	0,69	903,54	1,98
0,04	0,00	0,00	0,00	Marisco	0,00	0,00	0,00	0,00	1.217,17	2,67
0,00	0,00	0,00	0,00	Mero	0,00	0,00	0,00	0,00	76,63	0,17
0,00	0,00	0,00	0,00	Ostra	1,12	0,00	0,00	0,00	29,49	0,06
0,00	0,00	0,26	0,00	Pampo	0,00	0,02	0,00	0,00	0,28	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	Pargo	0,00	0,00	0,00	0,01	0,68	0,00
0,00	0,01	0,00	0,05	Peixe- espada	0,00	0,00	0,00	0,36	390,09	0,85
0,42	0,03	0,39	0,01	Peixe-galo	0,00	4,08	0,00	0,00	31,52	0,07
6,34	0,00	0,07	0,02	Peixe- voador	0,00	0,50	0,00	0,02	12,17	0,03
1,13	9,98	48,11	20,21	Pescada	35,46	6,76	10,37	8,86	1.218,72	2,67

0,04	12,44	41,71	34,64	Robalo	11,64	0,70	9,83	3,63	1.077,86	2,36
0,00	0,00	0,00	0,00	Saramunete	0,00	0,00	0,00	0,00	7,55	0,02
0,00	0,00	0,62	0,09	Sardinha-	0,85	0,05	0,00	0,08	457,63	1,00
0,07	0,01	0,56	0,19	do-reino	1,06	0,42	0,38	26,04	4.204,56	9,21
0,00	0,00	0,00	0,00	Sarfinha-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00
0,00	1,19	13,64	17,11	faca	0,00	26,82	3,95	0,00	63,74	0,14
0,00	0,40	4,55	64,23	Saúna	2,34	19,23	0,01	0,00	928,63	2,04
0,00	0,04	0,43	0,00	Serra	0,00	4,95	0,00	0,00	5,42	0,01
0,00	0,00	0,00	0,00	Siri	0,68	0,00	0,00	0,00	5,27	0,01
4,34	29,73	23,52	1,26	Sirigado	5,77	0,00	30,48	31,75	1.865,13	4,09
0,81	0,48	3,13	0,39	Sururu	0,31	2,16	0,40	0,14	1.677,16	3,68
0,00	0,00	0,01	0,00	Tainha	0,02	0,00	0,00	7,13	1.423,74	3,12
3,89	16,53	18,48	4,30	Vermelhos	2,68	3,45	1,17	0,27	265,33	0,58
0,00	0,35	0,29	0,00	Xangó	0,00	0,00	0,01	0,00	36,19	0,08
12,22	80,31	62,23	33,71	Xaréu	2,91	166,15	12,54	0,00	677,89	1,49
21,65	13,58	51,97	129,82	Xixarro	29,07	25,86	34,13	6,43	4.392,02	9,63
585,2	1206,7	1790,7	1521,5	Outros	1166,0	2179,7	504,0	140,9	45.631,0	
7	2	2	4	TOTAL	2	1	9	8	2	100,00
1,28	2,64	3,92	3,33	%	2,56	4,78	1,10	0,31	100,00	

Fonte: Bahia Pesca S.A. (2005).

ANEXO B – LEI Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965

Art. 1º - Fica criado o Parque Municipal Marinho do Recife de Areia, nos termos do Artigo 5º, alínea “a,” e seu Parágrafo Único da Lei Federal Nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965 (Código Florestal).

1º - Este Parque está localizado nas seguintes coordenadas geográficas:

Latitude – 1736400

Longitude – 03902700 – Sendo que este ponto é o marco central do atol.

Por ser este Recife em forma de uma circunferência, podemos afirmar pelas medidas obtidas da Carta Náutica 1310, que oferece a maior escala existente, que o seu raio é aproximadamente de ½ milha, ou seja 930 metros.

2º - O Parque Municipal Marinho do Recife de Areia compreende todas as águas, recifes, e a plataforma continental dentro de seus limites;

Art. 2º - Este Parque tem por finalidade:

- a) resguardar os atributos excepcionais da natureza da região;
- b) a proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais, com utilização para objetivos educacionais, científicos e recreativos.

Art. 3º - Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais, na área do Parque.

Parágrafo Único – As formações recifais, às águas, a flora, a fauna e demais recursos naturais o Parque ficam sujeitos ao regime especial de proteção do Código Florestal, da Lei de Proteção à Fauna e demais normas pertinentes ao assunto.

Art. 4º - O Parque Municipal do Recife de Areia fica sob a Jurisdição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Câmara, sem prejuízos das atividades atinentes à Segurança Nacional, sob controle do Ministério da Marinha;

Art. 5º - A secretaria Municipal do Meio Ambiente em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara providenciarão implantação e consolidação definitiva do Parque Municipal Marinho do Recife de Areia;

Art. 6º - Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei, deverá ser expedido o regulamento do Parque e apresentado o respectivo Plano de Manejo;

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.